



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O CONTRIBUTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE (1975-1991)**

VACILISIO FORTES GOMES

Mindelo, 2016



**Departamento de Ciência Humanas, Sociais e Jurídicas Licenciatura em Ciência
Política e Relações Internacionais**

Título da Monografia:

**O contributo dos movimentos sociais na implementação e consolidação da
Democracia em Cabo Verde (1975-1991)**

Autor: Vacilísio Fortes Gomes

Orientador: Mestre Graciano Nascimento

Mindelo, 2016

Autor: Vacilísio Fortes Gomes

**Título: O Contributo dos Movimentos Sociais na Implementação
E Consolidação da Democracia em Cabo Verde (1975-1991)**

Declaração de Originalidade

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Vacilísio Fortes Gomes

Mindelo, 19 de Dezembro de 2016

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.”

RESUMO

Os Movimentos sociais têm desempenhado ao longo da história um papel de ator na modificação de realidades sociopolíticas, Interferindo de forma significativa na construção de processos democráticos.

O presente trabalho discute a importância dos movimentos sociais na implementação dos regimes democráticos em Cabo Verde.

Da pesquisa efetuada conclui-se que os movimentos sociais e políticos existentes em Cabo Verde na época do regime de partido único, também contribuíram no processo de democratização do país, embora enfrentassem muitas dificuldades próprias do ambiente sociopolítico em que se encontravam inseridos, o que não permitiu que esse contributo fosse mais expressivo.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Democracia, Participação Política

ABSTRACT

Social Movements have played throughout history a role of actor in the modification of socio-political realities, interfering in a significant way in the construction of democratic processes.

This paper discusses the importance of social movements in the implementation of democratic regimes in Cape Verde.

The research carried out concludes that the social and political movements that existed in Cape Verde during the one-party regime also contributed to the country's democratization process, although they faced many difficulties inherent in the socio-political environment in which they were inserted. Which did not allow this contribution to be more expressive.

Key-words: Social Movements, Democracy, Political Participation

À minha amada esposa Lorianana Gomes e ao meu filho Eduardo Gomes.

AGRADECIMENTOS

Expressos os meus maiores agradecimentos a minha esposa Loriana Gomes por toda a dedicação e amor, por cada palavra de apoio e incentivo, durante os momentos de maiores dificuldades, em todo este tempo da licenciatura.

A minha mãe pelo apoio e dedicação com que sempre agraciou, para a concretização de mais este projeto.

Ao meu orientador Mestre Graciano Nascimento, por sua infinita paciência e disponibilidade que sempre demonstrou durante este processo, as suas sugestões, ideias e correções, foram de vital importância para o resultado final.

Aos meus colegas pelo companheirismo e por cada momento partilhado, não só nas salas de aulas.

Aos professores e todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram com os seus ensinamentos e trocas de conhecimentos que me trouxeram até aqui, vai a minha maior gratitude.

Obrigado a todos que fizeram parte desta caminhada.

*“O analfabeto político é tão burro que se orgulha e
estufa o peito dizendo que odeia a política.
Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política,
nasce (...) o político vigarista, pilantra, corrupto e
lacaio das empresas nacionais e internacionais.”*

Bertolt Brecht

GLOSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

VUNC – valor, unidade, número e comprometimento

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

GAS - Grupo de Ação Sindical

UNTC – CS - União dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical

OPAD - Organização dos Pioneiros Abel Djassy

JAAC - Juventude Africana Amílcar Cabral

OM - Organização das Mulheres

LOPE - Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde

GRIS - Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista

PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

CCPD - Circulo Cabo-verdiano para a Democracia

FAC - Frente Ampla Cabo-Verdiano

UCID - União Cabo-verdiana Independente e Democrática

UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde

IPAJ - Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciários

MPD - Movimento para a Democracia

CN – Conselho Nacional

ANP - Assembleia Nacional Popular

ÍNDICE:

RESUMO	V
ABSTRACT	VI
AGRADECIMENTOS	VIII
GLOSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	X
INDICE DE TABELAS	XIII
1. INTRODUÇÃO.....	14
2. CAPÍTULO II. METODOLOGIA	18
3. CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E DISCUÇÃO DE CONCEITOS	20
3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A SUA CARACTERIZAÇÃO.....	20
3.1.1. O Surgimento Dos Movimentos Sociais	20
3.1.2. O Conceito De Movimentos Sociais	21
3.1.3. Caracterização Dos Movimentos Sociais	24
3.1.4. Os Movimentos Sociais e a Transformação Política e Social	26
3.2. A DEMOCRACIA, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CIDADANIA	28
3.2.1. O Conceito De Democracia.....	28
3.2.2. Democracia Participativa.....	31
3.2.3. O Conceito de Cidadania.....	34
3.2.4. A Problemática da Apatia Política.....	36
3.2.5. Os Movimentos Sociais e a Democracia	40
4. CAPÍTULO. IV: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE.....	43
4.1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM CABO VERDE.....	43
4.2. A SOCIEDADE CIVIL CABOVERDIANA NO PERÍODO DO PARTIDO ÚNICO (1975 - 1990).....	46
4.3. OS MOVIMENTOS CÍVICOS E POLÍTICOS EXISTENTES EM CABO VERDE DE 1975 - 1991.....	51
4.3.1. Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (Gris).....	53
4.3.2. Circulo Cabo-Verdiano Para a Democracia (CCPD)	54
4.3.3. Liga Cabo-Verdiana dos Direitos Humanos.....	55
4.3.4. Frente Ampla Cabo-Verdiano (FAC)	55
4.3.5. União Cabo-Verdiana Independente E Democrática (UCID)	56

4.3.6.	Instituto De Patrocínio e Assistência Judiciários (IPAJ).....	58
4.3.7.	Trotskistas	60
4.3.8.	Jornal Terra Nova.....	62
4.4.	OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ABERTURA POLÍTICA EM CABO VERDE.....	64
4.5.	A ABERTURA POLÍTICA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	67
4.6.	O SURGIMENTO DO MPD COMO MOVIMENTO SOCIAL	71
4.7.	AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM CABO VERDE	75
	CONCLUSÃO.....	80
	BIBLIOGRAFIA.....	83
	ANEXOS.....	87
	ANEXO 1- ENTREVISTAS	87

INDICE DE TABELAS

Tabela 1-.....	38
Tabela 2-.....	76
Tabela 3-.....	78

1. INTRODUÇÃO

Motivações

Sendo exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais elaborar um trabalho de conclusão de curso, abordando questão empírica ou teórica relacionada com temáticas específicas do campo da Ciência Política ou das Relações Internacionais, a escolha do tema foi orientado para o campo da Ciência Política, mais precisamente para o contributo dos Movimentos Sociais no Processo de Democratização, com enfoque em Cabo Verde.

O Trabalho surgiu na necessidade de estudar o papel que os movimentos sociais têm nas sociedades, e nomeadamente nos sistemas políticos democráticos.

Visa também delinear os conceitos de democracia, democracia participativa, e também os conceitos de movimentos cívicos a sua relevância nas sociedades democráticas.

Sendo a democracia um sistema político no qual pressupõem uma participação livre e igualitária das pessoas no processo de tomada de decisões políticas, logo, há a necessidade da sociedade civil se organizar de forma que essa participação possa ser efetiva, coerente e acima de tudo que ela seja levada em conta nos momentos de decisão.

Este trabalho tem como prerrogativa entender até que ponto os movimentos cívicos têm contribuído para o reforço das democracias, e mais especificamente, de que forma a existência de movimentos cívicos contribuíram para a implementação e consolidação da democracia em Cabo Verde.

Contexto

Cabo Verde, após a sua descoberta por volta de 1460, e o seu conseqüente povoamento foi sempre uma colónia portuguesa, mas com as lutas de libertação que emergiram em Africa, o país viria a alcançar a sua independência em 1975.

Após a independência o país foi governado durante um período de quinze anos por um regime de partido único.

O advento da democracia e do multipartidarismo somente aconteceu na década de 90, com a abertura política.

Sabendo que a democratização é um processo que pode ter vários atores, entre os quais os movimentos sociais que em inúmeros casos foram os atores principais para o início de algumas mudanças sociais que viriam a culminar com o processo de abertura para regimes mais democráticos.

Nesse aspeto que torna-se necessário entender a dinâmica que os movimentos sociais podem introduzir nas sociedades e nos regimes políticos, entendendo as suas origens e o seu desenvolvimento como ator político e de mudanças sociais.

Vários teóricos têm procurado contribuir para uma melhor compreensão dos movimentos sociais e o poder que estes têm vindo a ganhar no contexto sociopolítico das sociedades.

Entender o conceito de movimento social oferece uma perspetiva mais clara sobre a importância do mesmo no contexto social e político das sociedades.

O termo movimento social, não tem uma origem específica como deixou claro Charles Tilly (2010) afirmando que ninguém é dono do termo movimento social.

Com isso podemos dizer que o conceito de movimento social, pode ser amplo e vago, o que faz com que seja difícil, precisar no tempo o surgimento dos movimentos sociais e a sua posterior caracterização.

Caraterizando os movimentos sociais Frank & Fuentes (1989) defendem que os movimentos sociais, na sua essência são cíclicos, e podem sê-lo em dois sentidos: em primeiro lugar, respondem às circunstâncias, que variam segundo as flutuações e os ciclos políticos e económicos e, talvez, ideológicos. Em segundo lugar, os movimentos sociais tendem a ter ciclos de vida próprios.

Os movimentos sociais são agentes importantes de transformação social e política e

carregam um simbolismo de mudança e renovação das condições existentes, procurando através das suas reivindicações mudar o *status-quo*, de modo a salvaguardar as suas conquistas tanto de âmbito social ou políticas.

Essas noções dos movimentos sociais torna-se importantes para entendermos o papel que estes tem vindo a adquirir nas sociedade e nas mudanças que ocorrem.

Estrutura do Trabalho

O Trabalho está estruturado em oito partes. A parte I encontra-se a Introdução, onde são descritas as motivações para a escolha do tema, a contextualização do tema, a estrutura do trabalho e os objetivos propostos.

Na II parte encontra a metodologia utilizada na elaboração do presente trabalho.

Na parte III está apresentado o enquadramento teórico e discussão de Conceitos, o mesmo encontra-se dividido em em dois pontos o primeiro com o título de Movimentos Sociais e a sua Caracterização, onde está apresentado uma análise teórica dos movimentos sociais destacando o surgimento dos movimentos sociais, o conceito de movimentos sociais, e a caracterização dos moviemntos sociais.

O ponto dois trás a contextualização teórica da democracia, democracia participativa e cidadania, onde está abordado o conceito de democracia, a democracia participativa, o conceito de cidadania, a problemática da apatia política e a relação entre os movimentos sociais e a democracia.

O Ponto IV corresponde ao Estudo de Caso, o ponto central do trabalho, no qual consiste um levantamento e análise bibliográfico de textos e documentos que forneciam informações pertinentes sobre o tema abordado, também encontra-se a análise de entrevistas realizadas a pessoas da sociedade civil que viveram durante esse período de transição em Cabo Verde, e que puderam fornecer informações sobre o tema.

A parte V é a conclusão, onde se encontra as considerações finais referentes ao contributo que os movimentos sociais deram para a democratização de Cabo Verde.

A parte VI engloba às referências bibliográficas e a parte VII os anexos constituído pelas entrevistas realizadas.

Objetivos

Tendo em conta o tema escolhido, para o desenvolvimento do trabalho, foram elaborados as seguintes hipóteses de investigação:

Hipostese 1- Os movimentos existentes em Cabo Verde configuravam-se como movimentos sociais.

Hipostese 2- Os movimentos existentes em cabo verde contribuíram para a consolidação da democracia.

Objectivo Geral:

No âmbito deste projeto procurar-se-á entender de que forma os movimentos sociais influenciaram na implementação e consolidação da democracia em Cabo Verde.

Objectivos Específicos:

-Conhecer os movimentos sociais e políticos que existiam em cabo verde depois de 1975 até 1991

-Descrever de que forma os movimentos sociais e políticos existentes contribuíram para a implementação da democracia em Cabo Verde.

2. CAPITULO II. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento do referido estudo, baseia-se nos procedimentos básicos mas, fundamentais para a elaboração dos trabalhos de iniciação á investigação científica. Assim iniciou-se com pesquisas bibliográfica com o objetivo de apresentar os conceitos dos vários elementos que compõem o tema em análise, através de livros, artigos, documentos diversos, trabalhos, estudos já publicados e *sites* da internet.

Recorreu-se a um estudo de natureza qualitativa, pretendendo encontrar respostas aos objetivos de investigação traçados.

Foi adotada a metodologia qualitativa como sendo aquela que melhor se adequa à natureza da investigação. A escolha visa aproveitar um dos pontos fortes da metodologia qualitativa que é o alto nível de profundidade e de detalhe o que permite ao investigador uma incursão bastante detalhada sobre o objeto que pretende investigar e conhecer.

Para a obtenção dos resultados eleitorais foram utilizados os Boletins Oficiais onde foram publicados os resultados oficiais.

Uma outra técnica utilizada para a recolha de informação foi realização de entrevistas exploratórias, pois as entrevistas permitam recolher informações que de outra forma não estariam disponíveis e permitam um confronto de informações o que enriquece o trabalho e as conclusões no mesmo.

A escolha dessas pessoas basearam única e exclusivamente na necessidade de se entrevistar pessoas que tenham vivido a época estudada, e procurou-se primeiramente falar com pessoas da sociedade civil e com pouca ligação político-partidário, de modo a garantir que as informações recolhidas pudessem ser o mais neutro possível em relação as opiniões partidárias, salvaguardando dessa forma algum enviesamento que pudessem advir das ideologias partidárias.

Foram entrevistadas pessoas que vivenciaram a época estudada neste trabalho e que tiveram um papel ativo na sociedade Cabo-verdiana, e cujos conhecimentos são

oportunos e úteis para a investigação, de modo a ter uma visão e relatos na primeira pessoa, que enriqueceram o trabalho.

O entrevistado número um, do sexo masculino, aproximadamente setenta anos, profissional da rádio, e estudioso da música Cabo-verdiana.

Entrevistado número dois, do sexo masculino, idade aproximada dos oitenta anos, ligado a fotografia, de grande participação cívica, atento a realidade da sociedade mindelense e crítico social.

Entrevistado número três, do sexo masculino, aproximadamente oitenta anos, estudioso político, diplomata de carreira e ex-embaixador na Europa.

Entrevistado número quatro, sexo masculino, idade aproximada dos oitenta anos, fez a sua carreira como funcionário público ligado as finanças, ex-presidente da Assembleia Municipal, e com ligação ao racionalismo cristão tendo uma forte participação cidadã.

Nas entrevistas foi utilizado um guião semiestruturado utilizando perguntas, onde os entrevistados puderam expor as suas ideias e as suas convicções pessoais sobre os temas abordados, entrevistas essas que decorreram num ambiente informal e com uma duração médias de trinta minutos.

Como forma de interpretação dos dados foi utilizada o método de análise de conteúdo.

As respostas das questões foram enquadradas ao longo do estudo de caso, reforçando dessa forma as pesquisas bibliográficas realizadas.

As pessoas foram entrevistadas em São Vicente, de forma a facilitar a recolha das informações e reduzir os custos dos trabalhos de terreno, de ressaltar também as muitas dificuldades encontradas no espeto do levantamento de informação dado a carência de livros e outros documentos que abordassem o tema em estudo, principalmente no que tange a realidade Cabo-Verdiana.

3. CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E DISCUÇÃO DE CONCEITOS

3.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A SUA CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo consta um levantamento bibliográfico dos conceitos chaves para o desenvolvimento do tema proposto.

Dividiu-se o capítulo em dois títulos, o primeiro aborda os conceitos relacionados com os movimentos sociais, enquanto no segundo título, fez-se o levantamento teórico dos conceitos relacionados com a democracia, abordando conceitos como a democracia, a democracia participativa a cidadania e a apatia política.

3.1.1. O Surgimento Dos Movimentos Sociais

Entender a dinâmica que os movimentos sociais têm hoje, nas sociedades e nos regimes políticos democráticos, requer na sua essência uma análise mais aprofundada sobre as suas origens e o seu desenvolvimento como, instrumento capaz de operar mudanças tanto políticas como sociais.

Nessa busca pelas raízes dos movimentos sociais, deparamos com dois termos usados para descrever os movimentos sociais, “os novos” e os “clássicos”.

“Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos.”¹

Os movimentos dos trabalhadores são o que normalmente são conhecidos como os movimentos sociais “clássicos”.

Confirmando essa ideia, Frank & Fuentes (1989), vem nos dizer que ironicamente, os movimentos “clássicos” da classe trabalhadora e sindicais surgiram principalmente no século passado.

¹ (Goss & Prudencio, 2004, p. 75)

Segundo Frank & Fuentes (1989), essa designação de movimentos sociais “clássicos” foi erroneamente, atribuído aos movimentos dos proletariados, pois na visão dos autores esses movimentos devem ser vistos como fenómenos recentes e temporários.

Enquanto, por “novos” movimentos sociais alguns autores englobam os movimentos de género, étnicos, ambientalistas (Mutzenberg, 2011), incluindo também os movimentos pacifistas. (Frank & Fuentes, 1989)

São movimentos que procuram dar resposta a problemas que despertaram o interesse das pessoas mais recentemente, embora sejam problemas que veem afetando as pessoas há muito tempo.

Segundo Frank & Fuentes (1989), os “novos” movimentos sociais herdaram características importantes dos “velhos” movimentos sociais, como por exemplo a capacidade organizativa e liderança.

3.1.2. O Conceito De Movimentos Sociais

Entender o conceito de movimento social, dá-nos uma perspetiva mais clara sobre a importância do mesmo no contexto social e político das sociedades.

O termo movimento social, não tem uma origem específica como deixou claro Charles Tilly, (2010) dizendo que ninguém é dono do termo movimento social.

Com isso pode-se dizer que o conceito de movimento social, pode ser amplo e vago, o que faz com que seja difícil, precisar no tempo o surgimento dos movimentos sociais.

Goss & Kelly (2004) tentando precisar o surgimento dos movimentos sociais diz que até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos.

O que demonstra que as outras formas de lutas sociais que existiam não estavam enquadrados no conceito de movimentos sociais.

Falando sobre a evolução do conceito Tilly (2010), vem nos dizer que no final do sec. XXI, o termo movimento social, ganhou um grande destaque, pois os mesmos serviam como um meio para combater o poder instalado e muitas vezes opressor, e uma forma das populações se organizarem de modo a combater os problemas que enfrentavam.

Diani (1992) citando Turner & Killian, define os movimentos sociais como um tipo peculiar de comportamento coletivo, o que contrasta com o comportamento organizacional e institucional. (Tradução nossa)

Charles Tilly, no seu livro *Social Movements* (2004), falando sobre o conceito de movimentos sociais diz que como o nome sugere, os movimentos sociais são organizações inclusivas composta de vários grupos de interesse. Os movimentos sociais contém varios estratos da sociedade, tais como os trabalhadores, grupos de mulheres, estudantes, jovens e o componente intelectual.

Gohn (2011) vem também dizer que os movimentos sociais nas suas características básicas possuem identidade, tem um opositor ou seja um alvo bem defenido e articulam de forma a conseguirem os seus objetivos que se qualificam em um projeto de vida e de sociedade.

Pode-se dizer que na essência dos movimentos sociais, há sempre a necessidade do colectivo, ou seja as reivindicações dos movimentos sociais estão sempre voltadas para o colectivo que estes representam, ou defendem.

Concetualizando os movimentos sociais, Mutzenbrg os define como:

“a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, económicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes (Fórum

Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos
etc.)”²

Gohn (2008) diz que os primeiros são movimentos de segmentos sociais excluídos, que se enquadram nas camadas populares, onde podemos encontrar as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, grupos de portadores de necessidades especiais, grupos de emigrantes; Os segundos, movimentos que lutam por melhores condições de vidas tanto no meio urbano como no meio rural, enquanto que no terceiro grupo, enquadram-se os movimentos que atuam em redes sociopolíticas e culturais via fóruns, e esses movimentos são responsáveis pela globalização de diversas temáticas defendidas pelos movimentos sociais.

Demonstrando dessa forma que o campo de actuação dos movimentos sociais é muito amplo o que dificulta de certa forma defini-los em um só conceito.

Segundo Gohn (2010) os movimentos sociais são elementos fundamentais nas sociedades modernas pois os mesmos controem uma nova ordem social, e não agentes perturbadores da ordem.

Os movimentos sociais, têm-se tornado cada vez mais importantes, especialmente no campo político, tornando-se não raras vezes em vozes indispensáveis na formulação de políticas.

Citando outros autores Jesus (2012) descreve os movimentos sociais como aqueles que rompem com a lógica de comando de cima para baixo, construindo relações democráticas de estruturação do poder cada vez mais ágeis, com um número maior de participantes e ações frequentes e organizadas, o que, demonstra a função desses movimentos em dinamizar mudanças políticas para democracias plenas.

Essa ideia reforça a noção de que os movimentos sociais, são instrumentos políticos capazes de criar as condições para ocorrer as mudanças necessárias, no contexto social e

² (Mutzenberg, 2011, p. 130)

político, derrubando dessa forma uma ordem estabelecida mas que não corresponde as vontades ou problemas dos cidadãos.

Falando sobre o conceito de movimentos sociais o autor Tullo Vigevani (1989) nos diz que esses movimentos caracterizam-se particularmente devido as reivindicações que estes faziam, essencialmente perante os estados e e suas agências.

Essa crescente necessidade de reivindicar melhores condições para a sociedade, é o elemento essencial que caracteriza os movimentos sociais.

Como já visto, não é possível esgotar o conceito de movimentos sociais, pois dependendo do ramo em que ela procura atuar, terá sempre uma conotação ou uma formulação do conceito, por isso nossa ideia não é formular um conceito único capaz de explicar no seu todo o que são os movimentos sociais.

3.1.3. Caracterização Dos Movimentos Sociais

Torna-se necessário dar uma caracterização aos denominados “movimentos sociais” de forma a evitar confundi-los com outras formas de mobilizações ou ações de caracter coletiva.

Os movimentos sociais propriamente ditos têm algumas particularidades que os qualificam como tais.

Tilly (2010) procurando esclarecer esse ponto refere que frequentemente, analistas e ativistas estendem, imprecisamente, o termo movimento social a qualquer ação coletiva popular relevante ou, pelo menos, àqueles que contam com sua aprovação.

Tilly (2010) caracterizando os movimentos sociais diz que são necessários três elementos essenciais para a sua formação: 1) campanha de reivindicações colectivas dirigidas a autoridades alvo ou a *campanha*; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos , incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à

imprensa e demonstrações ou o *repertório*; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa ,*VUNC*;

O mesmo autor diz que para que uma ação coletiva seja caracterizada como movimento social ela necessita como foi referido anteriormente de três coisas, a “combinação de campanha, repertório e demonstrações de VUNC”. (Tilly, 2010)

Explicando esses conceitos o autor diz:

“*Campanha* é um esforço público sustentado de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades, (...) e estende-se para além de um evento único, uma campanha articula pelo menos três elementos: um grupo de demandantes autodesignados, algum alvo (ou alvos) de demanda, e algum tipo de público. As demandas podem ter como alvo as autoridades governamentais, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas.

O *repertório* é a combinação de dentre as seguintes formas de ação políticas: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa e panfletagem.

Demonstrações de VUNC (valor, unidade, número e comprometimento), essas demonstrações segundo o autor podem ser feitas de formas peculiares de fácil reconhecimento pelos públicos, como por exemplo:

Valor- comportamento sóbrio, roupas asseadas, presença de clérigos, dignatários e mães com crianças.

Unidade- emblemas, faixas, bandeiras ou vestimentas combinadas, marchas em formações organizadas, canções e cantos.

Números- contagem de participantes, número de assinaturas em petições, capacidade de encher as ruas.

Comprometimento- enfrentamento de mau tempo, participação visível de idosos e portadores de deficiência, resistência a repressão, sacrifícios, subscrições e ou atos de benemerência ostensivos.”³

3.1.4. Os Movimentos Sociais e a Transformação Política e Social

A história tem mostrado que os movimentos sociais sempre procuraram as conquistas sociais e a transformação de políticas de opressão em oportunidades mais favoráveis para as classes mais desfavorecidas.

Os movimentos sociais são agentes importantes de transformação social e política e carregam um simbolismo de mudança e renovação das condições existentes, procurando através das suas reivindicações mudar o status-quo, de modo a salvaguardar as suas conquistas tanto de âmbito social ou políticas.

Frank & Fuentes (1989) demonstram a importância dos movimentos sociais, defendendo que estes conseguem ocupar de forma evidente os espaços vazios que os estados e outras instituições são incapazes de preencher ou não querem fazer-lo; e ainda dizem que devido a contribuição dos movimentos sociais na ampliação e redefinição da democracia esses formam laços que servem para transformar as sociedades.

Os movimentos sociais a medida que foram evoluindo acabaram por desempenhar um papel extremamente importante como motores de várias transformações políticas e sociais.

Conquistas como o sufrágio universal, e as independências de vários países, e o despertar da ideia de cidadania e de pertença foram em muitos casos resultados da intervenção direta de movimentos sociais.

Segundo Vigevani (1989) os movimentos sociais são portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão e da cidadania, fazendo emergir de forma profunda essa mesma ideia da cidadania.

³ (Tilly, 2010, pp. 136-138)

A conquista de vários direitos é resultado das lutas de classes, em muitos casos despoletadas pela atuação direta dos movimentos sociais.

O que demonstra que a necessidade de transformações sociais e políticas são o foco dos movimentos sociais, despertando nos cidadãos a vontade de estes terem um papel cada vez mais ativo e proeminente no espectro social e político das sociedades.

Falando sobre o papel que os movimentos sociais desempenham em relação as reformas sociais e políticas, Gohn enfatiza:

“Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.”⁴

Assim se observa que os movimentos sociais têm tido um papel essencial no despertar do sentimento de cidadania por parte daqueles que muitas vezes são excluídos, e faz com que desempenham um papel mais ativo na busca de soluções para os problemas enfrentados.

Os movimentos sociais têm sido caracterizados como uma fonte de inovações e mudanças sociais, pois os mesmos possuem um conhecimento que quando é aproveitado pode ser uma força produtiva, e não somente como um elemento de críticas.

⁴ (Gohn, 2011, p. 336)

Como exemplo pode-se tomar os movimentos sociais brasileiros, segundo Solon Viola (2008), principalmente os ligados aos direitos humanos cumpriram um papel fundamental na redemocratização política do Brasil, resistindo ao estado autoritário, combatendo as violações da cidadania, lutaram também pela amnistia dos exilados e perseguidos políticos, defenderam também a realização de eleições livres e pela liberdade de expressão, e continuam tendo um papel importante na luta pela reforma agrária e pela moradia digna.

Os movimentos sociais têm contribuído dessa forma para o aprofundar da participação política da sociedade civil, desenvolvendo formas de lutas que culminam em reformas sociais e políticas.

Outro modo que os movimentos sociais utilizam para alcançar as transformações sociais e políticas é influenciando as políticas públicas que são implementadas, segundo Agnaldo dos Santos (2009), a sociedade civil tem uma participação na formulação de políticas públicas, sendo a saúde, a educação, a assistência social, a habitação e o meio ambiente as mais visíveis.

Pode-se assumir que os movimentos sociais, tem muitas vezes a necessidade de surgir como uma forma organizada da sociedade civil, para reivindicar a correta formulação e aplicação dessas políticas públicas essenciais para o bem-estar social e político das sociedades, cidades e localidades.

3.2. A DEMOCRACIA, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CIDADANIA

3.2.1. O Conceito De Democracia

Segundo Conceição Pequito (2014) definir a democracia em geral, aproxima-a do seu significado etimológico de “governo do povo” (*demos* = povo, *kratia* = poder, governo).

E esse sentido foi reforçado pela famosa expressão de Abraham Lincoln, “poder do povo, pelo povo, para o povo”, enfatizando que o poder vem do povo, pertence ao povo e deve

ser exercido pelo povo.

Segundo Rosenfield (1994) a democracia, no sentido etimológico da palavra, significa o "governo do povo", o "governo da maioria", o que pressupõem que a voz da maioria deve ser escutada e levada em consideração nas tomadas de decisões; também indica uma certa qualificação quantitativa do significado da palavra ao demonstrar que se trata de uma governo da maioria, o que indica a existência de uma “minoria”, que também deve ser ouvida e respeitada, de modo a evitar que o governo seja de alguma forma exclusiva a uma certa maioria.

Reforçando essa ideia Bobbio (1986) diz que a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas — e, portanto, vinculatórias para todo o grupo. Falando sobre o conceito de democracia Bonavides (2000) diz que na atualidade a palavra democracia domina de tal forma a linguagem política que dificilmente encontraremos um governo ou estado que não se intitula como democrático.

Essa afirmação trás ao debate a universalidade da democracia como sistema político, pois o mesmo hoje é uma realidade na maioria dos países, e vários dos países que não são democráticos enfrentam uma forte pressão interna e externa para a sua democratização.

Held, citado por Bringel & Echart (2008) diz que de certa forma há uma luta para determinar se a democracia significa, por um lado, algum tipo de poder popular – uma forma de vida em que os cidadãos participem no autogoverno e na autorregulação – ou se, por outro lado, trata-se simplesmente de uma contribuição à tomada de decisões – um meio de legitimar as decisões dos eleitos, de vez em quando, por votação, para exercer o poder.

De qualquer forma a participação popular no sistema político democrático é a sua maior característica, o problema maior se põem em relação a intensidade e a qualidade dessa mesma participação.

Schumpeter (1961) define a democracia como o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo.

Segundo essa ideia defendida por Schumpeter a democracia e a sua eficácia resume essencialmente na existência de um bem comum que deve ser salvaguardado pelos eleitos escolhidos pelo povo, mas esse equilíbrio do bem comum é mais difícil de se encontrar.

Bobbio (1986) contrariando essa ideia do bem comum afirma que ninguém tem condições de definir precisamente o interesse comum ou coletivo, a não ser confundindo interesses de grupo ou particulares com o interesse de todos.

O que pode ser entendido, que os objetivos democraticamente traçados não podem na verdade corresponder as exigências ou vontades da maioria, quando sim a vontade da minoria que é eleita para tomar as decisões para o todo, criando dessa forma falhas no sistema democrático.

Bobbio (1986) define a democracia como um jogo, com conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos.

Ao falar sobre o conceito da democracia Bobbio elencou algumas características que conferem legitimidade ao processo democrático, e podem ser resumidos assim:

- 1) Todos os cidadãos que tenham alcançado a maioridade etária sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, isto é, cada um deles deve gozar do direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a expresse por ele;
- 2) o voto de todos os cidadãos deve ter igual peso;
- 3) todos aqueles que gozam dos direitos políticos devem ser livres para poder votar segundo sua própria opinião formada, ao máximo possível, livremente, isto é, em uma livre disputa entre grupos políticos organizados em concorrência entre si;
- 4) devem ser livres também no sentido de que devem ser colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, isto é, entre partidos que tenham programas distintos e

alternativos; 5) seja para as eleições, seja para as decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica, no sentido de que será considerado eleito o candidato ou será considerada válida a decisão que obtiver o maior número de votos 6) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, particularmente o direito de se tornar por sua vez maioria em igualdade de condições.⁵

O funcionamento do sistema democrático pressupõe a existência de instituições credíveis que a regulam, de forma que os decisores tenham e atuam dentro dos limites existentes garantindo dessa forma a salvaguarda dos direitos de todos.

Ainda Pequito (2014) para definir a democracia ideal torna-se necessário partir de dois princípios basilares que a fundam, nomeadamente a liberdade e a igualdade. Pequito cita Held que diz que a democracia deve criar as melhores oportunidades institucionais para alcançar a liberdade e a igualdade.

Num sistema democrático a sua afirmação depende em grande medida da afirmação das suas instituições, e a capacidade que estas têm para fazer cumprir com os princípios básicos da democracia.

3.2.2. Democracia Participativa

A ideia de que somente as pessoas que tinha algo a perder do ponto de vista económico é que deveriam votar, foi sendo substituído ao longo da história pela ideia de que todos os cidadãos deveriam participar no processo de legitimação e construção do poder.

Concetualizando o termo Democracia Participativa Lüchmann diz:

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de

⁵ (Bobbio, 2000, p. 427)

cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias "realistas" da democracia que, a exemplo do "elitismo democrático", enfatizam o caráter privado e instrumental da política.⁶

Segundo Boaventura (2002) a reinvenção da democracia participativa em vários países está intimamente ligada ao processo de democratização por que passaram esses países.

Com o processo de democratização dos sistemas políticos, tornou-se evidente a necessidade de uma maior e melhor participação dos cidadãos nos processos de decisão, o que vai além do ato de escolha dos representantes mediante eleições, o que veio reforçar Duarte (2009) ao afirmar que o exercício de voto é um dos momentos necessários, mas não o suficiente para consentir que o povo participe do poder.

De um modo geral a democracia participativa pode ser entendida como:

“ (...) um conjunto de experiências e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a Democracia Representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública.”⁷

A participação dos cidadãos não pode encontrar o seu fim último apenas no momento do exercício do direito de voto, ela pressupõem a existência de mecanismos que possibilitam que o povo seja uma parte integrante de todo o processo democrático.

Segundo Martins (2004) as teses de Barber sobre as teorias da democracia participativa demonstram o facto de o poder de intervir de forma efetiva e democrática, construir um instrumento que é adquirido pela via da participação, cujas experiências ajudam o individuo a se afirmar como cidadão.

Bobbio (1986) vem demonstrar que para a efetivação dessa participação é necessário, que o estado democrático seja capaz de garantir a existência de liberdades fundamentais que asseguram essa participação, como os direitos a liberdade, de opinião, de expressão das

⁶ (Lüchmann, 2002, p. 19)

⁷ (Sell, 2006, p. 93)

próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.

De acordo com Ruivo (1999) a participação das populações e dos atores mais relevantes nos processos de tomada de decisão e da atração, formação e execução de políticas públicas tem vindo a afirmar-se como central em várias áreas das ciências sociais, nos quais podemos destacar a afirmação da democracia.

O sistema é verdadeiramente democrático somente quando a participação dos cidadãos se faz com base nos pressupostos defendidos por este sistema, e quanto maior for a participação mais forte e consolidada será a democracia, a participação não deve ser tomada apenas como um direito adquirido através da democratização dos sistemas políticos mas também como um meio de consolidação da própria democracia.

A participação dos cidadãos nos sistemas democráticos é muitas vezes criticada, na ótica de muitos teóricos, baseando apenas na baixa participação dos eleitores nos atos eletivos. Soares (2015) diz que outra controvérsia relacionada com a participação política, diz respeito a forma como a fraca participação que muitas vezes é assumida com uma falha nos países democráticos, através da análise dos dados relativamente as altas taxas de abstenção nas eleições e a ausência de registos nos cadernos eleitorais mas que aos olhos de muitos críticos, deverá ser vista como um direito dos cidadãos livremente escolheram se querem participar da vida política e muitas vezes, analisa-se o desinteresse dos cidadãos na vida política dos seus estados, somente como uma causa do mau desempenho dos governantes.

Entender a democracia participativa apenas como a oportunidade dos cidadãos exercerem o seu direito de voto, para escolher os seus representantes é um tanto redutor na sua essência, pois a participação engloba um engajamento dos cidadãos nos vários aspetos da sociedade.

Martins (2004) vem nos dizer que o alargamento da participação política é necessário e desejável à existência da democracia e que quando há baixos níveis de participação, intervenção, ou interesse é devido a uma inadequação nas oportunidades de participação providenciadas pelas estruturas e pelos processos políticos

Por outro lado vários autores alertam para o que eles chamam dos perigos do excesso da participação nas democracias.

Citando Tocqueville, Martins (2004) diz, que o excesso de participação política ou, por outras palavras, o “excesso de democracia” era, em si, um mal a evitar, pelo que a qualidade devia sobrepor-se à quantidade; isto é, os representantes eleitos deviam representar a maioria sem necessariamente “serem escravos das suas paixões”.

Trazendo a ideia do bem comum exposto anteriormente, pode-se ver que a participação política deveria no seu todo procurar o bem comum, o que nem sempre necessariamente acontece, e para evitar esse excesso de participação, ou seja que todos tenham a necessidade de intervir nos aspetos políticos, os representantes eleitos, devem ser o garante desse bem comum.

3.2.3. O Conceito de Cidadania

Correia (2010) falando sobre o conceito de cidadania diz se a formulação clássica do conceito de cidadania remete à antiguidade grega - onde os cidadãos debatiam na Ágora seu destino coletivo – o momento emblemático de sua conceituação moderna é a Revolução Francesa⁸, com seus ideais de liberdade e igualdade, a sustentar a legitimidade do poder do Estado. O conceito de cidadania aí desenvolvido conferiu ao termo uma marca que ainda hoje reconhecemos, mesmo que não tenha significado a ampliação efetiva dos direitos políticos para as camadas populares.

A noção de cidadania, trás consigo a ideia de participação política, pois evoca os direitos subjacentes a participação política, os comportamentos, e atitudes dos cidadãos face a vida política.

Segundo Martins citando Janowitz a natureza da cidadania aborda os seguintes aspetos:

- i) “*Aspetos morais*, que destacam os comportamentos

⁸ A Revolução Francesa refere-se a uma série de acontecimentos no período de 5 de maio de 1789 e 9 de novembro de 1799, que mudaram o cenário político e social da França.

interessados dos cidadãos relacionados com o interesse coletivo e com o bem comum, ii) *aspetos descritivos*, relativos ao conjunto de direitos e obrigações atribuídos a determinadas pessoas e, iii) *aspetos analíticos*, que abordam a cidadania no âmbito do conjunto de defesas que o estado oferece aos, seus membros, bem como no âmbito das oportunidades de participação política que estabelece.”⁹

De todo o modo o conceito de cidadania engloba os comportamentos, os direitos e deveres dos cidadãos, e a noção da salvaguarda desses direitos por parte do estado, como o garante e proporcionador de condições favoráveis a prática da cidadania.

Falando sobre o conceito de cidadania Martins (2010) diz que numa primeira vertente a cidadania é, em muitos casos, associada à natureza das democracias seja pelo entendimento de que a sua institucionalização requer, em termos ideais, a constante procura da plena igualdade de direitos económicos, sociais, e políticos dos cidadãos.

Mais do que garantir a segurança pessoal, e a salvaguarda dos direitos fundamentais, a noção de cidadania engloba a capacidade dos indivíduos poderem de modo concreto participar nas decisões que moldam a sua comunidade, que pode ser entendida do aspeto micro ao aspeto macro da sociedade onde se encontra inserido.

Citando Dahrendorf, Martins (2010) vem dizer que a cidadania trata-se do direito de participar na concretização das condições que determinam uma comunidade ou ainda, de fazer parte da formação das leis que obrigam todos os cidadãos.

O conceito de cidadania pressupõe que os indivíduos atuam como sujeitos e não como objetos da política, o que implica necessariamente que o exercício da cidadania requer uma ação e não somente uma atitude apática em relação aos fenómenos políticos.

Segundo Martins (2004) sendo a participação política entendida como um elemento da cidadania, essa noção de participação é associada à ideia de direitos que os cidadãos

⁹ (Martins, 2004, p. 96)

possuem para atuar no sistema político, pelo que quaisquer que sejam a sua forma de atuação: individual, coletiva, institucional a tendência vai no sentido de reconhecer aos indivíduos e as instituições sociais, uma posição ativa nos destinos do estado de forma a contribuírem para a realização dos fins públicos.

Numa outra perspetiva Martins (2004) vem dizer que a relação entre cidadania e participação política destaca o sentido de pertença a uma comunidade política, assente na ideia de que a verdadeira cidadania só se verifica quando existe no indivíduo a consciência da importância do seu contributo para a realização dos fins coletivos

O ideário da participação política é um dos elementos caracterizadores da noção da cidadania, pois um indivíduo que se engaja na concretização do bem comum, através da sua participação nos vários quadrantes da sociedade, está criando as bases para que a igualdade e justiça social prevaleçam como um todo.

Falando sobre as dificuldades do exercício pleno da cidadania Martins (2004) diz que a noção de cidadania não expressa necessariamente um envolvimento ativo dos cidadãos na vida política, uma vez que o envolvimento que um cidadão pode ter em termos cívicos, não pode necessariamente coincidir com a noção de cidadão político. A ideia de cidadania não implica necessariamente que os indivíduos participam ativamente da vida política.

Pois cabe também ter a noção de que a cidadania não implica necessariamente uma participação ativa dos cidadãos na vida política, pois ela pode ser exercida de modo passivo, ou apenas desfrutar dos direitos que os cidadãos possuem, o que não implica no seu todo a participação política, que embora seja uma forma de demonstrar o exercício da cidadania ela não é o fim último do conceito.

3.2.4. A Problemática da Apatia Política

A democracia como sistema político, requer uma maior e melhor participação dos cidadãos na defesa do bem comum, mas muitas vezes essa ideia de pertença e de

participação não faz parte do credo de todos, o que pode conduzir a uma apatia política por parte dos cidadãos, pois nas sociedades democráticas modernas torna-se necessário que as pessoas tenham uma certa cultura política, que se manifesta essencialmente através da sua participação enquanto cidadão, nos vários quadrantes da sua sociedade, que contraria a apatia política.

Segundo Martins (2004), vulgarmente o termo apatia política sugere tratar-se de uma tendência para os indivíduos se desinteressarem pelos assuntos públicos, que pode ter várias causas, entre os quais o aumento da qualidade de vida, que pode levar os indivíduos a optar por atividades de lazer em detrimento dos assuntos públicos, o desencorajamento dos cidadãos face ao elevado conhecimento técnico exigidos à atividade política, tendência para a personalização do poder o que reduz a participação política a uma simples demonstração de confiança em torno dos dirigentes que ocupam o poder.

Ainda segundo Martins (2004), citando Milbrath, o termo apatia política pode confundir-se com o conceito de alienação política, que se utiliza para referir toda a espécie de sentimentos e atitudes negativas, relativamente duráveis, que expressam afastamento, rejeição, negativismo e infelicidade acerca da sociedade em geral e do sistema político em particular.

Segundo Redruello (2015) o cidadão apático não está interessado nos assuntos públicos, e, portanto, aprende a não colocar o "bem comum" sobre os possíveis benefícios pessoais, também descreveu o apático como alguém que "não se move nem se informa".

A apatia política se manifesta através de um profundo desinteresse pelos aspetos políticos da sociedade, mas esse desinteresse é formado por convicção, e ela não deve ser entendida como descontentamento político.

Redruello (2015) continua dizendo que o descontentamento político refere-se à avaliação de que os indivíduos fazem do atual governo e é fortemente influenciado pelo desempenho económico do estado. Apatia política, no entanto, tem uma componente

generalização: não se é apático em relação a um presidente ou um ramo do governo; a apatia é dirigida a todos os assuntos políticos.

Segundo o autor citado acima a apatia política não é algo que se pode mitigar, não é uma sensação cíclica nem pode atenuar, como o descontentamento, alterando a classe política ou obtendo um bom desempenho económico, apatia política, neste sentido, teria uma origem mais profunda e enraizada no tempo que o descontentamento.

O que pressupõem que a apatia política, pode ter um efeito negativo na democracia, uma vez que ela é um limitador da participação política, o que pode ser um problema para a estabilidade da democracia.

No quadro que se segue, encontra-se alguns dos fundamentos expostos por vários autores, demonstrando de que forma a apatia política influencia negativamente a estabilidade da democracia.

Tabela 1- Síntese dos efeitos negativos da apatia política para a estabilidade da Democracia

Argumentos	Fundamentação
1. A apatia política não coincide com os princípios democráticos.	A teoria democrática prescreve que os cidadãos devem participar de forma activa e permanente no processo de tomada de decisões políticas e públicas. Só assim se realiza a ideia do cidadão democrático. (Peter Bachrach. Anthony Arblaster)
2. A apatia política leva à rejeição da legitimidade dos governantes.	Quanto mais os cidadãos tiverem oportunidades de participação política e quanto mais forem incentivados a exercê-las, maior será a sua propensão para aceitar as decisões governamentais como legítimas, mantendo assim um elevado grau de apoio ao sistema político e às suas instituições. (Carole Pateman)
3. A apatia gera fenómenos de exclusão social e política.	O cidadão apático é um cidadão posto à margem da sociedade. Assim, é necessário incentivar a participação política, pela via da descentralização do poder e da intervenção directa do cidadão nas decisões políticas e públicas, tendo em vista a construção de uma democracia verdadeira. (George Benello e Dimitrius Roussopolus)

4. A apatia política gera ou reforça o sentido de ineficácia política.	Quanto mais intensa e alargada for a participação política mais intenso é o sentido de eficácia política do cidadão, que se expressa no acréscimo de confiança na sua ação e na determinação em participar quer na esfera pública quer na esfera social. (Carole Pateman, Hanna Arendt, Ronald Mason)
5. A apatia política implica a exclusão dos cidadãos da representação política.	A apatia política implica um contributo deficiente dos cidadãos para a formulação de políticas públicas, leva a que os governantes ignorem os interesses dos não participantes e que a democracia perca vitalidade e vigilância. (Robert Lane. Benjamim Barber, Carole Pateman)
6. A apatia política favorece a irresponsabilidade nos governantes.	Quanto menos os cidadãos participarem na vida política mais os governantes se tornam irresponsáveis no desempenho das suas funções. Por outro lado, a apatia leva a que os governantes não tenham em conta as opiniões e os interesses do eleitorado indiferente. (John Dewey. Peter Bachrach)
7. A apatia política é um sintoma de fraqueza da democracia.	Os elevados índices de apatia política expressam, por um lado, uma falha no envolvimento dos cidadãos no seu próprio governo e, por outro lado, uma lealdade deficiente ao regime. Estas falhas podem ser perigosas para a democracia, uma vez que se a grande maioria dos cidadãos se encontra excluída da ação política ou se é incapaz de partilhar as decisões que configuram as suas vidas, a “atmosfera política” pode tornar-se explosiva. (Seymour Lipset)

Fonte: (Martins, 2004, p. 238)

De um outro ponto de vista outros autores defendem que a apatia política pode de alguma forma ser benéfica para a democracia, Martins (2004) citando Berelson diz que o cidadão apático ou o menos interessado dos eleitores não deixa de desempenhar uma função positiva para todo o sistema político.

Martins (2004) citando outros autores diz que a apatia pode ser entendida também como uma forma dos cidadãos demonstrarem satisfação com o funcionamento da democracia e com as suas instituições, e que manifestações como o aumento das taxas de abstenção, não é sintoma de instabilidade democrática, mas pode ser entendida como uma benevolente indiferença, do que uma ameaça ao regime democrático.

3.2.5. Os Movimentos Sociais e a Democracia

A democracia, como a história vem mostrando não pode ser entendida como algo estático, mas pelo contrário ela tem vindo a evoluir e adaptando as novas circunstâncias sociais, e essencialmente aos novos atores sociais, entre os quais podemos destacar os movimentos sociais, que tem vindo a desempenhar um papel importante na qualificação dos regimes democráticos.

Segundo Pereira:

“O papel dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdo e modos de interpretação de discursos existentes nesta esfera. Desta forma, o desenvolvimento de políticas de inclusão – novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da sociedade política - e políticas de influência – através da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas - é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada (Cohen e Arato, 1992, p. 526). Um dos principais objetivos dos movimentos sociais tem sido o desenvolvimento de uma nova conceção de democracia.”¹⁰

Segundo Bringel & Echart (2008) citando Tilly, as ações dos movimentos sociais favoreceram tanto em termos quantitativos e qualitativos, os processos de democratização, mas que por outro lado os processos de democratização contribuíram para o desenvolvimento dos movimentos sociais, argumentando que essa troca se dá essencialmente devido aos confrontos, tensões e alianças dos movimentos sociais e as elites e outros atores políticos.

Apresentando uma outra abordagem Bringel & Echart (2008), apresentam a ideia defendida por Touraine que defendia que os movimentos sociais têm um papel central na construção da democracia, através da defesa dos seus interesses coletivos, para Touraine o aspeto social não pode ser subordinado pelo político, pois quanto mais um poder

¹⁰ (Pereira, Marcus Abilio, 2012, p. 79)

político domina um movimento social, mais difícil é o caminho da construção de uma sociedade democrática.

A relação entre os movimentos sociais e a democracia, pode ser entendida de vários pontos de vistas, entre os quais pode-se destacar o fortalecimento mútuo que pode ocorrer, mas também alguns aspetos negativos que os movimentos sociais podem ter na democracia.

Segundo Marcus Pereira (2012) a primeira relação causal entre os movimentos sociais e a democracia, surgiu com a implementação do sufrágio, passou a ser central no processo político, pois o sufrágio permitiu o alargamento de novas temáticas e discussões promovidos pelos processos eleitorais, o que permitiu o surgimento de movimentos sociais que ocuparam esse espaço nos processos eleitorais. A ampliação de direitos como o direito a manifestação e a organização durante processos eleitorais também serviram de mote para o surgimento de movimentos sociais.

Pereira (2012) continua dizendo que os movimentos sociais também podem desempenhar uma função causal para o fortalecimento da democracia, na medida que os movimentos sociais através dos ideais democráticos como a justiça, igualdade e participação conseguem trazer para a agenda política temas que antes não existiam ou estavam silenciadas. Os movimentos sociais conseguem aumentar a intensidade democrática, uma vez que os novos atores sociais adentram no panorama político.

Ainda Pereira (2012) continua dizendo que os movimentos sociais são, desta perspetiva atores importantíssimos na construção de espaços deliberativos mantendo uma postura crítica em relação as instituições públicas, trazendo sempre novas questões que são analisadas e comparadas com as propostas existentes, contribuindo assim para o processo de aprofundamento da democracia.

Hamel (2009) citando Gohn escreve que a defesa da democracia participativa por intermédio dos movimentos sociais é um critério legitimador da própria democracia, e que a manifestação das classes oprimidas é uma necessidade do estado de direito democrático bem como uma forma clara de desenvolvimento da democracia.

A relação entre os movimentos sociais e a democracia, é marcada, muitas vezes pela relação de conflituosidade, pois não poucas vezes ambos se encontram em pontos diferentes, em relação as questões e políticas aplicadas.

No entanto essa relação entre os movimentos sociais e a democracia, não pode ser entendida como sendo apenas linearmente positiva, segundo Pereira (2012) citando Tilly, os movimentos sociais também podem ser antidemocráticos, como atestam as experiências do entre guerras na Europa onde o fascismo se desenvolveu, em parte, através da apropriação de estratégias de movimentos sociais e da organização de contramovimentos oriundos do receio que organizações pró-democracia provocaram em franjas conservadoras da sociedade.

Tilly (2004) no entanto diz que os movimentos sociais nem sempre defendem ou promovem a democracia, pois esses mais frequentemente têm na sua formação objetivos particulares do que demandas de democratização, defende ainda que em democracias mais ou menos funcionando, os movimentos sociais tendem a promover programas antidemocráticas como a exclusão de minorias raciais, étnicas e religiosas, e que por vezes tendem a abolir a própria democracia em troca de um regime totalitário como aconteceu com o fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler.

Tilly (2004) continua dizendo que a proliferação de movimentos sociais promove a democratização, principalmente em regimes que a) tenham criado um governo relativamente eficaz através da administração central, em vez de governar através de intermediários privilegiados ou segmentos comuns, e b) tenham estabelecido, pelo menos, um mínimo de democratização.

Tilly (2004) sublinha que essas duas condições tornam possível que a combinação de campanhas, demonstração de VUNC e atuação dos movimentos sociais exerça um impacto sobre políticas públicas, ao passo que a sua ausência apresenta barreiras insuperáveis para a eficácia do movimento social.

4. CAPÍTULO. IV: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA EM CABO VERDE

4.1. EVOLUÇÃO LEGISLATIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO CÍVICA EM CABO VERDE

Cabo Verde tratando-se de um país que a sua história iniciou com a colonização, torna-se impreterível conhecer e refazer os passos que contribuíram para a emancipação e fortalecimento da sociedade civil, de modo que a sua contribuição para a consolidação da democracia pudesse ser de forma mais efetiva.

Com a proclamação da independência de Cabo Verde foi criada a Lei sobre a Organização Política do Estado de Cabo Verde (LOPE) em julho de 1975, com essa lei pretendia-se criar a primeira base legal do país, a lei preparatória para a criação da Constituição da república de Cabo Verde.

No que tange a salvaguarda das liberdades da sociedade civil cabo-verdiana, no aspeto de que esta pudesse se organizar e ter capacidade para ser uma força viva e atuante no meio político e social a LOPE, foi muito vaga e limitadora, logo no seu artigo 1º a LOPE definia:

ARTIGO 1º

“A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), que é a força política dirigente na nossa Sociedade.” (1975)

Este artigo deixa evidente que todas as formas de dirigir o país tinham que estar ligadas a força política do PAIGC, e que qualquer outra forma de organização civil que não estivesse estritamente ligada ao partido não era legal.

Artigo esse que manietava de forma clara as possibilidades da sociedade civil se organizar de modo a poder ser uma voz fiscalizadora das ações do estado.

Com a criação da Constituição da República de Cabo Verde de 1980, deu-se a manutenção do artigo 1º da LOPE, agora no artigo 4º da constituição, o que mantinha as organizações da sociedade civil atreladas ao partido do PAIGC.

ARTIGO 4º

“1. Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado.” (1980)

Mas também com a criação da Constituição da República de Cabo Verde de 1980, foi dada uma maior atenção a organização da sociedade civil Cabo-Verdiana, legislando de forma mais específica sobre as suas liberdades e garantias, o que teoricamente possibilitaria uma maior e melhor organização da sociedade civil cabo-verdiana como se pode observar nas seguintes leis:

ARTIGO 7º

“1. O Estado apoia e protege as organizações de massa e as outras organizações sociais reconhecidas por lei que, organizadas em torno de interesses específicos, enquadram e fomentam a iniciativa popular e asseguram a ampla participação das massas na reconstrução nacional.

2. O Estado, na sua ação, apoia-se nas organizações de massa e outras organizações sociais às quais poderá transferir determinadas atividades que elas aceitem assumir.

3. O Estado cria condições para o desenvolvimento da base material das organizações de massa e outras organizações sociais e protege o seu património.” (1980)

ARTIGO 47º

“A liberdade de expressão do pensamento, de reunião, de associação, de manifestação assim como a liberdade de ter religião, são garantidas nas condições previstas na lei.”
(1980)

Segundo Costa (2013), a entrada em vigor no ano de 1987 da lei 28/III/1987, que instituiu a liberdade de reunião e associação, sem os constrangimentos que se verificavam até então, impostos pelo Partido-Estado, teve um papel preponderante na democratização do país e no reforço da capacidade associativa no arquipélago.

Embora houvesse esse reforço teórico da base legal para a emancipação da sociedade civil, como já vimos anteriormente, na prática não se verificou que a sociedade civil tivesse condições para se fortalecer e principalmente se organizar de forma a ser uma voz ativa e contestatária, como seria desejável no período do regime monopartidário.

Foi somente depois da abertura política e com a revisão da Constituição em 1992, que se deu de fato uma maior atenção aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o que possibilitou de certo modo que se pudesse ter uma sociedade civil mais atuante e menos atrelada aos partidos políticos, contribuindo dessa forma para o fortalecimento da democracia, mas também o fortalecimento das pessoas como cidadãos.

Como se pode observar pelas seguintes leis da constituição da República de 2010:

Artigo 48º

(Liberdades de expressão e de informação)

“1. Todos têm a liberdade de exprimir e de divulgar as suas ideias pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, ninguém podendo ser inquietado pelas suas opiniões políticas, filosóficas, religiosas ou outras.

Artigo 53º

(Liberdade de reunião e de manifestação)

1. Os cidadãos têm o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização.

2. A todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação.

3. A reunião, quando ocorra em lugares abertos ao público, e a manifestação devem ser comunicadas previamente às autoridades competentes, nos termos da lei.” (sic)

Artigo 55º

(Participação na vida pública)

1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política diretamente e através de representantes livremente eleitos. (...) ” (2010)

Essas leis salvaguardam os direitos da sociedade civil de se organizar e poderem contribuir em todos os aspetos da sociedade cabo-verdiana.

Dando dessa forma instrumentos legais para que a sociedade civil não necessita de estar atrelada aos partidos políticos para poder contribuir reivindicar a resolução dos seus problemas.

4.2. A SOCIEDADE CIVIL CABOVERDIANA NO PERÍODO DO PARTIDO ÚNICO (1975 - 1990)

Como já vimos anteriormente, a necessidade de uma sociedade civil, forte e estruturada, é a base para a criação e manutenção de um estado democrático forte e capaz.

Falando no caso específico de Cabo Verde, procura-se entender se a consolidação da democracia, nas ilhas deveu-se ou não a existência de uma sociedade civil estruturada e quais foram os contributos que a mesma deu para a consolidação da democracia como regime político em Cabo Verde.

Segundo Suzano Costa:

“Se no período que precede a independência nacional se estabelece as bases da edificação duma proto-sociedade civil – consubstanciada a inflexão e o deslocamento dos discursos nacionalistas do paradigma estético-literário para o universo da ação política –, tanto o advento da independência nacional como a transição democrática ofereceram, ambos, à sua maneira, constrangimentos de monta à afirmação/consolidação institucional de uma sociedade civil robusta e autónoma, descapitalizando, assim, o pluralismo democrático e a

diversidade de projetos políticos e de sociedade que precederam as duas “conjuntura críticas”¹¹ (sic)

Segundo o autor essa relação entre a democratização e a sociedade civil, tiveram entraves que dificultaram essencialmente a emancipação e fortalecimento da sociedade civil o que contribuiu de forma direta para que a sociedade civil torna-se dependente em relação ao estado, ao invés de ser um ator na consolidação do estado, e contribuísse no processo de democratização do regime político em cabo verde, isso se deu devido a onnipresença do estado em todos os sectores da sociedade cabo-verdiana e da exclusão da possibilidade de outros projetos políticos participarem nos pleitos eleitorais, o que conduziu ao surgimento de interesses sob a égide do clientelismo e da patronagem política, o que culminou com a dependência estrutural e não emancipação da sociedade civil face ao estado aos partidos políticos. (Costa, 2013)

Humberto Cardoso afirma:

“O regime do PAIGC/PAICV, instaurado logo a seguir à independência, ao definir-se como democracia nacional revolucionária e de participação popular, não deixou qualquer espaço ou uso para uma atuação autónoma da sociedade civil.”¹²

Segundo Costa (2013), a não emancipação da sociedade civil cabo-verdiana e incapacidade da mesma em se tornar forte, deveu-se a dois fatores (i) a apropriação e instrumentalização política das iniciativas cívicas, pelos partidos políticos e suas lideranças o que conduzia a uma forte partidarização das iniciativas da sociedade civil, (ii) deve-se ao fato da atuação das organizações da sociedade civil estarem profundamente dependente de financiamento estatal o que implica a perda do seu poder reivindicativo e convertendo em executoras dos programas oficiais em detrimento do seu papel de fiscalização das políticas publicas.

Corroborando essa ideia o entrevistado número um afirma que a participação da sociedade civil em termos político e social no período do partido único era fraca,

¹¹ (Costa, 2013, p. 4)

¹² (Cardoso, 2016, p. 183)

naturalmente, tendo em conta a dura herança (regime colonial e ditatorial) e independência com um partido unificado para esse fim.

Opinião defendida também pelo entrevistado número dois, mas que acrescenta outro especto ao dizer que essa não participação da sociedade civil devia-se ao facto de no período do Partido único toda a gente tinha medo, mesmo os que aparentavam ser mais desinibidos tinham medo, havia um medo generalizado, que já vinha do tempo colonial, esse medo vinha principalmente devido a polícia política que havia sido instituída, e não se podia dizer nada que não se soubesse alguns minutos depois, nas altas esferas do partido.

Enquanto o entrevistado número três defende uma outra posição ao dizer que nunca houve partido político e consequentemente nunca houve uma militância política, não havia nada que pudesse ser chamada de participação política no tempo colonial.

O entrevistado número três diz ainda que foi o partido do regime que suscitava essa participação, a participação cívica e política eram totalmente dinamizadas pelo partido no poder no caso o PAICV, e isso fazia parte da sua filosofia política, onde procurava-se criar uma democracia revolucionária, ultrapassando os limites da democracia clássica, onde o povo pudesse de facto participar, dizendo inclusive que os meios de defesa deveriam estar nas mãos do povo, para que estes pudessem defender as suas próprias conquistas, o que explicava por exemplo a existência das milícias populares.

Não se tratava apenas de influenciar, essa participação política ou cívica era tudo dinamizado pelo partido no poder, que procurava assumir um papel para além da constituição do Estado, pois para alcançar os objetivos de desenvolvimento económico, era preciso ter uma relação bastante estreita com a população, e suscitar a participação da sociedade em todas as esferas de atividade.

Enquanto o entrevistado número quatro defendia que apesar de no início do regime não ter havido nenhum problema com o partido no poder, isso pouco a pouco foi mudando, pois passou a haver algumas prisões, começaram a surgir as primeiras organizações contra o regime, nomeadamente a UCID que se organizou no estrangeiro.

Havia também no seio da sociedade civil muitas pessoas que procuravam através do partido no poder alcançar alguns benefícios próprios.

As pessoas participavam politicamente, através das eleições que se realizavam, embora não fossem democráticas.

Havia uma grande participação popular nessa altura.

Sobre esse aspeto Furtado (1997) reforça essa ideia ao ressaltar que os dirigentes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), gozavam perante os jovens de grande admiração o que viria a contribuir para que esses dirigentes se tornassem um grupo hegemónico, dominando as esferas do poder em Cabo Verde.

Roselma Évora reforça essa ideia ao afirmar:

“Ainda no âmbito social, o partido controlava as organizações sindicais. Como bem afirma Correia e Silva (1997:51), a cultura política de repressão herdada do colonialismo impossibilitou a criação de uma cultura de reivindicação dos direitos trabalhistas e, por conta desta fragilidade, coube ao partido criar as organizações sindicais, significando que essa organização assumiu uma estrutura totalmente horizontal. Em 1975, foi criada a primeira organização sindical, denominado Grupo de Ação Sindical (GAS), pelo PAIGC. No terceiro congresso do partido foi criada a União dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical (UNTC – CS), que dependia do partido o qual estipulava a agenda a ser seguida e era dirigida por seus representantes (Cardoso, 1993:227).

É por conta dessa estrutura horizontal que Furtado (1997:56-59) caracteriza a estrutura social cabo-verdiana como uma estrutura muito elitizada, pois tanto a organização social como a estrutura política são processos que sempre vêm de cima. E assim aconteceu com o processo de independência pois foi uma pequena burguesia que começou a questionar a colonização portuguesa e assume o Estado no período pós-independência. É a partir dessa burguesia que vão ser criadas estruturas sociais como as organizações suprarreferidas e a organização sindical

que resultam numa sociedade civil fraca e com pouca capacidade de mobilização autónoma.”¹³

O que reforça a ideia que a sociedade civil cabo-verdiana depois da independência se encontrava extremamente dependente do regime existente, como acontece normalmente em regimes de partidos únicos, dificultando assim o seu fortalecimento e a sua independência de forma que pudesse dar o seu contributo na democratização do país.

Ainda Cardoso (2016) diz que o controlo da dinâmica social levou a uma politização da sociedade, sendo os indivíduos incentivados a participarem sob estímulos vindos da direção do partido em organizações criadas pelo partido como os casos da (Organização dos Pioneiros Abel Djassy – OPAD, Juventude Africana Amílcar Cabral – JAAC, Organização das Mulheres – OM, ou ainda na União Nacional Trabalhadores Cabo-Verdianos - Central Sindical – UNTCS), o que por outro lado levou a que quaisquer outros focos de organização, mesmo remotamente políticas fossem desmotivadas e em muitos casos desmobilizados.

Essas organizações citadas, apesar de congregarem nas suas fileiras, cidadãos dos mais diferentes quadrantes da sociedade civil, tinha como objetivo primordial passarem a ideologia partidária, de modo a manter o projeto do partido e o seu programa governamental.

O entrevistado numero três afirma que a criação dessas organizações serviam para dinamizar a população de modo que estes pudessem ter uma participação mais efetiva no plano político e social, ao afirmar que foi uma dinamização que pode ser chamada de cima para baixo, infelizmente não foi o contrário, à partir desse ponto houve um dinamismo grande da participação política, seja através do próprio partido, ou através de organizações que o partido criou, tais como sindicatos, organizações da juventude (JAC-CV), Organização das mulheres (OM-CV) e várias outras organizações, algumas até com funções do estado, mas que eram de participação cívica, tais como comissões de

¹³ (Évora, 2004, p. 76)

moradores, milícia popular, tribunais de zonas, e tudo isso era feito na base de uma participação voluntária das pessoas, havia também comissões de ação social.

Tudo isso vinha de uma sequência de uma política do PAIGC, já praticada durante a luta de libertação Nacional, que passava por praticar uma democracia mais próxima das pessoas, em que a população deveria participar em tudo aquilo que lhe dizia respeito, fazendo assim parte do processo, quer da escolha, da elaboração, como também na fase da aplicação.

Sobre esse aspeto o entrevistado número quatro defende que o regime, a sua preocupação maior era a organização do estado de Cabo Verde, uma vez que depois da independência, não havia meios para o povo ser autónomo, logo o regime de partido único era necessário, e este procurava responder as necessidades básicas do povo, é claro que no meio de tudo isto havia alguns exageros, o que levou com que as pessoas pouco a pouco fossem se desmobilizando do partido e começaram a desejar a democracia.

Costa (2013) continua reforçando essa ideia de que a não existência de um espaço próprio para o exercício da cidadania podia-se ser facilmente confundida uma aparente apatia e letargia cívica com desinteresse político, ou aceitação do estado de coisas existente.

4.3. OS MOVIMENTOS CÍVICOS E POLÍTICOS EXISTENTES EM CABO VERDE DE 1975 - 1991

Procura-se neste ponto, enumerar alguns dos movimentos cívicos e políticos que existiram em Cabo Verde, ou criados por cabo-verdianos no exterior do país, que tiveram uma influência direta ou não, na abertura política em cabo verde, no entanto não se tem a pretensão de enumerar todos os movimentos existentes, mas sim aqueles que segundo o autor tiveram um papel importante no período do partido único até a data da abertura política.

Neste ponto também além da enumeração, pretende-se fazer uma caracterização dos mesmos movimentos, seguindo a caracterização de Charles Tilly que defendia que os movimentos precisam de três coisas para serem considerados como movimentos sociais,

campanha, repertório e demonstração de VUNC, que já vimos anteriormente, com isso pretende-se observar se os movimentos existentes em Cabo Verde se configuravam como movimentos sociais, ou não.

Com a instalação do regime do partido único em Cabo Verde e saindo o país de um regime colonial, era espectável que houvesse pessoas contra o regime do partido único, e são essas pessoas que se organizaram e fizeram a oposição ao governo instalado para acelerar a democratização do país.

Procurou-se no estudo empírico, com os entrevistados conhecer mais sobre os movimentos existentes em Cabo Verde, mas esses afirmaram não terem um conhecimento sobre a existência de movimentos sociais no país e os que eles elencaram não foram contabilizados para o presente trabalho por serem movimentos que existiram antes da independência e com a independência deixaram de existir.

O entrevistado número um falando dos movimentos existentes disse que os partidos existentes nessa época UPIC (União dos Povos das Ilhas de C. Verde), UDC (União Democrática de C. Verde) não conseguiram implantar-se. Assim por imposições circunstanciais ficaram fora do sistema político legal e atuaram fracamente na clandestinidade. Depois fundou-se na Holanda, a UCID que infelizmente até hoje não teve uma ação política satisfatória para o povo CV e conseguir o poder.

Da mesma opinião é o entrevistado número dois ao afirmar que não tinha conhecimento de nenhum tipo de movimento cívico, apenas o IPAJ, que era uma associação de advogados para prestar assistência as pessoas que não tinham condições financeiras, mas sem conhecer se esse movimento estava ligado a política, o IPAJ era uma associação praticamente oficializada.

Também o entrevistado número três defende a mesma ideia ao dizer que tecnicamente apenas havia o PAICV, havia também um movimento do Leitão da Graça, mas que acabou por não ter expressão no país, houve também a UCID, que surgiu na sequência de um outro partido a UDC, que era um partido criado para bloquear o processo de independência, mas depois com a independência, os seus fundadores acabaram por emigrar e formaram a UCID, que como movimento aqui em Cabo Verde praticamente

não existiu, e quando se deu a abertura política não conseguiu organizar e nem sequer apresentar nas eleições.

O objetivo desses opositores era a democratização do país permitindo dessa forma a salvaguarda dos direitos de liberdade e expressão ao povo cabo-verdiano que até então eram constantemente violadas e muitas vezes suprimidas, em nome do interesse do estado.

O entrevistado número quatro defende que esses movimentos faziam pressão, contra o regime e levaram as pessoas a verem que o regime existente não era o melhor para Cabo Verde, levando as pessoas a pedirem a democracia e era esse o contributo que os movimentos que existiam nessa época deram para a abertura política.

4.3.1. Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (Gris)

Segundo Ludmila Pereira (2013) uma das frentes de opositores ao estado e ao partido único estavam situados em Portugal e estes se organizaram formando o **Grupo Revolucionário de Intervenção Socialista (GRIS)**, que tinha como pretensões o fim do regime de partido único, a realização de eleições livres e a democratização do país.

Esse grupo era formado por jovens Cabo-Verdianos residentes em Portugal, que procuravam através de reuniões e panfletagem, fazerem a oposição ao regime de partido único existente em Cabo Verde, embora fosse um grupo de carácter fechado, onde dificilmente se aceitava novas pessoas nas suas fileiras (Lopes, 2002), mas que aproveitaram de acontecimentos específicos para atacarem o regime e darem a conhecer os aspetos pelos quais eles lutavam.

Segundo informações recolhidas o GRIS, possuía uma *campanha*, uma vez que tinha um alvo específico que era o regime do PAICV, e fazia as suas reivindicações contra o regime implementado, quanto ao *repertório* desse grupo, baseava-se quase que exclusivamente em reuniões de carácter privado e na distribuição de panfletos, em relação a demonstração de *VUNC*, embora não tivessem uma organização ampla e com um número considerável de pessoas, e a sua forma de atuar não baseava-se em

demonstrações públicas ou manifestações de ruas, (Lopes, 2002) o GRIS não possuía uma verdadeira demonstração de *VUNC*, embora houve-se valor e comprometimento no grupo.

Podemos assumir que o GRIS, não se caracterizava como um movimento social segundo a caracterização de Tilly.

4.3.2. Circulo Cabo-Verdiano Para a Democracia (CCPD)

Outro grupo de oposição ao regime implementado em Cabo Verde foi o **Circulo Cabo-verdiano para a Democracia (CCPD)**, segundo Ludmila (2013), esse movimento se espalhou entre os estudantes cabo-verdianos em Lisboa, e chegaram a realizar algumas ações clandestinas em Cabo Verde, Lopes (2002) afirma que o grupo propunha a democratização de Cabo Verde, contribuir para a promoção e identificação cultural dos trabalhadores e estudantes Cabo-verdianos em Portugal e dos demais países de emigração.

A forma de atuar do CCPD passava essencialmente pelos contatos diretos entre o seu público-alvo e através de panfletagem. (Lopes, 2002)

O CCPD entrou em declínio uma vez que quando se formavam, os seus membros voltavam para Cabo Verde em busca da sua colocação profissional, dando prioridade as suas carreiras profissionais.

Quanto a sua caracterização como movimento social, o CCPD, embora tivesse uma *campanha* e um *repertório*, falhava na demonstração de *VUNC*, pois não possuía um número relevante de participantes e a sua unidade também não era forte, o que levou ao desmembramento do grupo.

4.3.3. Liga Cabo-Verdiana dos Direitos Humanos

Uma outra fonte de oposição ao regime em Cabo Verde, segundo Lopes (2002), foi António Caldeira Marques, que ao se desligar do governo de Cabo Verde, em 1981, vai se exilar em Portugal, onde juntamente com outros Cabo-Verdianos, cria a **Liga Cabo-Verdiana dos Direitos Humanos**, que teve um papel fundamental na denúncia dos maus tratos aos presos dos acontecimentos da reforma agrária em Santo Antão. Citando António Caldeira Marques, Lopes diz “Fizemos várias diligências, tanto em Genebra como Nova Iorque, junto de entidades ligadas aos direitos humanos, demos também algum apoio a indivíduos que figuram em Cabo Verde, nomeadamente um sargento das FARP”¹⁴

Este movimento não pode ser classificado como movimento social, pois embora tenha desempenhado um papel importante nas denúncias e na proteção dos direitos humanos, ela não apresentava as características definidas por Tilly para ser um movimento social.

4.3.4. Frente Ampla Cabo-Verdiano (FAC)

Caldeira Marques em 1983, juntamente com outros Cabo-Verdianos, forma a **Frente Ampla Cabo-Verdiano (FAC)** cujo objetivo era agrupar toda a oposição ao PAICV, segundo o seu mentor “A FAC fez um trabalho interessante: publicava uma revista chamada Justiça e Liberdade e trouxe ao diálogo elementos da UCID, outros que tinham estado no UPICV, no PAIGC, para além de independentes. Isso desembocou, em 1990, no congresso dos Democratas Cabo-Verdianos.”¹⁵

Segundo a caracterização de Tilly a FAC não pode ser classificada como um movimento social.

¹⁴ (Lopes, 2002, p. 674)

¹⁵ (Lopes, 2002, p. 674)

4.3.5. União Cabo-Verdiana Independente E Democrática (UCID)

Outra fonte de oposição ao Partido no poder em Cabo Verde, foi a **União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID)**, essa força partidária foi fundada a 13 de Maio de 1978, no seio da comunidade emigrada na Holanda, segundo Lídio Silva citado por Ramos:

“Um dos aspectos mais importantes na criação da UCID tem a ver com o surgimento do grupo dos descontentes, um grupo de cidadãos cabo-verdianos na Holanda, que na altura não estavam de acordo com a unidade Guiné-Cabo Verde e resolveram mostrar o seu descontentamento, daí o nome do grupo dos descontentes, em relação ao PAIGC e também em relação a esta unidade.”¹⁶

Segundo Lopes (2002), mesmo estando na clandestinidade a UCID realizou algumas manifestações públicas contra o governo de Cabo Verde, o que viria a dar uma maior visibilidade ao partido, utilizando os seus núcleos que tinha espalhado entre os emigrantes nomeadamente em Portugal, Holanda e EUA. Ainda Lopes diz que “Nos E.U.A, John Wahnon desenvolve uma vasta ação de *lobby* contra a Cidade da Praia, chamando a atenção para o carácter comunista e repressivo do regime, alertando, inclusive para determinadas movimentações soviéticas e cubanas no arquipélago.”¹⁷

Segundo Ramos (2012), foi naquele periodo que a UCID cria algumas estruturas de ação política clandestina em Cabo Verde, servindo estes como informadores da realidade vivida no país transmitindo essas informações ao membros do partido que vivam nos E.U.A, Alemanha e Holanda, enquanto que os membros do partido no estrangeiro enviavam material de propaganda para ser difundido em Cabo Verde.

Com a prevalência da situação do regime em Cabo Verde, houve quem admitisse o recurso a violência para desalojar o PAICV, mas segundo Lopes, os líderes da UCID se oporiam a essa tese, segundo Lopes (2002), Wahnon diz:

¹⁶ (Ramos, 2012, p. 59)

¹⁷ (Lopes, 2002, p. 536)

“(…)A nossa luta era sobretudo política. O nosso Objetivo não era derrubar o governo que aqui estava, mas sim promover o pluralismo, a justiça e outros valores consentâneos com a nossa cultura. É claro que para mudar esse estado de coisas, era preciso mudar o regime.”¹⁸

O que transmite o caráter pacifista da UCID, elegendo unicamente a via política como forma de mudar o regime existente em Cabo Verde.

Apesar de todo o esforço que a UCID colocava na oposição ao Governo, o partido em si enfrentava graves problemas de liderança, com graves disputas internas, o que dificultava a sua afirmação no panorama nacional, como uma força que poderia ser uma alternativa.

Falando sobre esse aspeto Ramos diz:

“A sua origem na emigração e a dificuldade de estruturar o partido no território nacional marcaria a definição inicial do partido. Lídio Silva seria o responsável pela legalização e organização do partido no País e foi eleito pela primeira vez líder do partido no congresso de Julho de 1987 realizado em Lisboa. Entretanto, divergências com outros membros do partido sobre as estratégias políticas a serem adotadas em relação ao regime de partido único leva-o a demitir do cargo em 1988⁶⁷ e volta à liderança do partido em Setembro de 1990, três meses antes das primeiras eleições legislativas de Janeiro de 1991. A UCID não conseguiu legalizar a tempo de participar nas referidas eleições.”¹⁹

Em relação ao papel da UCID como movimento político e social, no período do partido único e no processo de democratização em Cabo Verde os entrevistados para este trabalho tem opiniões convergentes.

O entrevistado número um afirma que A UCID, historicamente é o partido mais antigo de cariz democrático-cristão cabo-verdiano, embora o PAI é mais antigo mais abrangente quer a nível nacional ou internacional. No caso da UCID, sempre tentou influenciar lá na

¹⁸ (Lopes, 2002, p. 676)

¹⁹ (Ramos, 2012, p. 60)

terra longe, como aqui. Mas essa influência ainda é o que escrevi, não é suficiente para chegar à governação: Falta-lhe atitudes, organização, infraestruturação e infraestruturas mais fortes e incisivas para conquistar o povo Cabo-Verdiano.

O entrevistado número dois diz que em relação a UCID, ouviu-se falar muito pouco a respeito, porque estavam no exterior e mantiveram-se bastante tempo no exterior, e quando chegaram ao país depois da abertura, chegaram bastante atrasados, portanto a UCID só veio a fazer algum trabalho muito depois da abertura política e quase que só depois dos anos noventa, em que eles começaram a aparecer, e praticamente não se ouvia falar da UCID, havia um ou dois históricos que apareceram por aí, mas a ideia é que o grosso estava no exterior e que haviam de vir algum dia mas nunca chegaram.

E o entrevistado número três diz que A UCID não teve um contributo para a democratização do país, pois o mesmo inclusivamente não conseguiu concorrer nas primeiras eleições legislativas, que viriam ser vencidas pelo MPD, e era um movimento inexpressivo. A UCID perdeu uma grande oportunidade de entrar no sistema político após a abertura política, perdendo essa oportunidade para o MPD, consequência da fraca organização da UCID dentro do país, pois a organização que este possuía estava toda no exterior, o que constituiu um grande entrave para a UCID.

Opinião contrária tem o entrevistado número quatro afirmando que a UCID também teve um contributo para a abertura política e a democratização, uma vez que estavam organizados mesmo que no exterior procuravam exercer alguma pressão no partido no poder para que se desse a abertura política e a consequente democratização do país.

A caracterização de movimento social de Tilly, não se aplica a UCID, pois ela é claramente desde a sua formação um partido político, mesmo que no início ela não pode ser reconhecida oficialmente como tal.

4.3.6. Instituto De Patrocínio e Assistência Judiciários (IPAJ)

Outro grupo que fez a oposição ao governo de partido único em Cabo Verde foi o **Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciários (IPAJ)**, que segundo Almada (2012),

esse instituto público de carácter associativo, tinha como objetivo restringir o exercício da advocacia privada, esse instituto estava sujeito a tutela administrativa e inspetiva do Ministério da Justiça, usufruindo de subsídios do governo, para a prossecução dos seus objetivos e a facilitação do acesso à justiça ao comum dos cidadãos.

Almada (2012) continua dizendo que o IPAJ, nos anos oitenta do século XX, se perfilou como uma das mais importantes e críticas organizações da sociedade civil Cabo-verdiana, e indispensável e plural instância à observância do respeito pelos direitos humanos, no regime do partido único.

Costa confirma essa ideia ao dizer:

“Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciários (IPAJ). O IPAJ desempenhou, no contexto monopartidário, um papel fundamental na defesa e salvaguarda dos direitos dos cidadãos, na sua relação com o Estado, o poder e o regime, tendo funcionado, em certos momentos, como entidade de audição e consulta obrigatória em questões estruturantes da vida nacional, mormente no que tange ao ordenamento jurídico-político. Com as eleições legislativas de 13 de Janeiro de 1991, alguns dos seus integrantes e reputados juristas do arquipélago acabaram por integrar o elenco governamental oriundo das primeiras eleições multipartidárias.”²⁰

Costa (2013) Continua dizendo que o IPAJ, através das suas intervenções públicas causaram grande desconforto ao regime, aumentando a notoriedade política dos seus membros, o que veio a confirmar no papel que muitos desses tiveram na transição democrática e na constituição do Movimento para a Democracia (MPD).

Embora não fosse um movimento social, mas sim um instituto público, o IPAJ se perfilou como um importante meio, para que o cidadão comum pudesse ter acesso a justiça e visse dessa forma salvaguarda os seus direitos como ser humano, numa época em que seria fácil o regime violar esses direitos.

²⁰ (Costa, 2013, p. 20)

4.3.7. Trotskistas

Um outro Grupo que teve uma influência no processo de oposição ao governo e aos dirigentes do PAICV foi o grupo conhecido como **Trotskistas**, defensores da corrente fraccionista do Trotskismo,²¹ Essa corrente teve entrada em cabo verde através dos estudantes cabo-verdianos que se encontravam em Portugal, segundo Lopes (2002), esses estudantes passaram a controlar a vinda dos ativistas do PAIGC a Cabo Verde, dando primazia aos que se encontravam ligados ao grupo, esses por sua vez passavam a ocupar lugares estratégicos dentro do partido, bem como nas Forças Armadas, “A falta de conhecimento que os camaradas vindos da Guiné-Bissau tinham dos verdadeiros objetivos do grupo, contribuiu para que o reforço das suas posições fosse facto consumado.” (Lopes, 2002, p. 546)

Segundo Évora (2004) a intenção dos Trotskistas era a institucionalização de um regime político mais aberto e pluralista, o que chocava com a ala mais conservadora e hierarquicamente melhor posicionada na direção do partido composto essencialmente pelos combatentes vindos da Guiné.

Cardoso (2016) falando sobre um comunicado do Conselho Nacional datado de 5 de Abril de 1979, dá uma visão global da crise e das suas origens e desenvolvimento, Cardoso citando esse comunicado diz: “Com o reforço da ação do Partido em Cabo Verde, que se seguiu à queda do fascismo em Portugal e marcou o termo da fase clandestina da nossa luta de libertação nacional, tornou-se evidente a existência, no seio do partido, de elementos cujo comportamento político se afasta da linha do PAIGC.”²²

Ainda Cardoso afirma que “a teoria da conspiração trotskista, insinuada aqui e além desde 1974, é exposta em todos os seus pormenores no comunicado do CN atrás citado:

²¹ “O Trotskismo enquanto corrente fraccionista, que se opunha à tese defendida por Vladimir Lenine, segundo a qual a revolução comunista deveria realizar-se, em primeiro lugar na Rússia, e só depois ser exportada para a Europa e para o resto do mundo, e não o contrário como pretendia Leon Trotsky, cuja revolução permanente consistia: Na negação da possibilidade de edificar o socialismo num só país; Negação da possibilidade de participação do campesinato no processo de revolução; Negação da disciplina do partido e fomento de fações.” (Lopes, 2002, p. 545)

²² (Cardoso, 2016, pp. 82-83)

- Origem - «... elementos, todos eles antigos estudantes em Portugal onde integraram estruturas clandestinas do partido...»
- Conexões - «...O grupo trotskistas identificado no partido foi constituído essencialmente por elementos ligados a organizações estrangeiras e infiltrou-se nas estruturas clandestinas do Partido em Portugal, na fase final da Luta de Libertação Nacional...»
- Objetivos - «...consolidar a fração trotskista no seio do Partido numa tentativa de progressivamente apossar-se do poder...»
- Métodos - «...assentarem o seu controle sobre a organização partidária nos diversos escalões...» [e] «...servindo-se das estruturas do partido, gradual e sub-repticiamente o desviarem da sua linha ideológica...». [Também] «...faziam circular boatos e calúnias a respeito dos dirigentes e militantes vindos da frente da luta armada...»²³

Essa corrente foi considerada como um ruído dentro da ideologia do Partido-Estado, o que precisaria de uma purificação, segundo Lopes (2002), o grupo dos trotskistas estava bem organizado e disciplinado no seio do PAIGC, funcionando como um grupo de pressão dentro do próprio partido, e que havia uma teoria a volta desse grupo alegando que estes ambicionavam a tomada do poder.

Segundo Évora (2004), essa crise dos “Trotskistas”, como ficou conhecido levou a demissão de dois ministros e no afastamento de possíveis liberais de cargos influentes.

Ainda Cardoso falando sobre a purga do partido diz:

“A purga do partido é ostensivamente desencadeada para erradicar o grupo que, infiltrado no partido pretendia «...progressivamente apossar-se do poder». Colocando o problema, dessa forma, os «combatentes», com clareza, afirmavam que só eles tinham direito ao poder. Era questionado a intenção de qualquer grupo que, no quadro da

²³ (Cardoso, 2016, pp. 83-84)

dinâmica esperada no seio do Partido, aspirasse a ter uma posição preponderante na liderança do mesmo.”²⁴

Citando Pedro Martins, Cardoso (2016), nos diz que como resultado dessa purga “o PAIGC em Cabo Verde perderia quase a totalidade dos seus quadros médios, com currículo político. Do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde que conduziu o povo de Cabo Verde à independência, praticamente em 1980 só restava a sua cúpula, integrada pelos militantes que vieram da Guiné...”²⁵

Embora não fosse um movimento social, os Trotskistas, tiveram uma influência como um grupo de pressão dentro do Partido-Estado, o que levou a fragilização política e ideológica do PAIGC.

4.3.8. Jornal Terra Nova

Uma outra voz de oposição ao regime instalado em Cabo Verde foi a **Jornal Terra Nova**, fundada em abril de 1975, por missionários Capuchinhos, o jornal teve um papel importantíssimo, na oposição ao partido único em cabo verde.

O frei Fidalgo de Barros, falando ao Jornal Expresso das Ilhas (2015) afirma que o jornal, sendo o único que fazia a oposição ao regime do partido único acabou por ser chamado de “jornalzinho da oposição”, defende também que o jornal queria apenas ser um instrumento que ajudasse as pessoas a “refletirem com consciência”, e a “perderem o medo de falar”, pois o mesmo afirma que em Cabo Verde havia um ambiente de controlo do pensamento das pessoas.

Usando a matriz católica/cristã que o jornal possuía, utilizavam discursos do próprio Papa para fazer a oposição ao partido no poder, “ (...) Até ao momento em que se começou a dizer, de uma forma clara, que isto assim não podia continuar. Que nenhum grupo, como dizia o Papa João Paulo II que nós citávamos sempre, pode manipular a opinião de toda a

²⁴ (Cardoso, 2016, p. 91)

²⁵ (Cardoso, 2016, pp. 91-92)

gente e arvorar-se em guia único. E nós aproveitávamos para mostrar que não éramos nós quem dizia isso, era o Papa.”²⁶

Houve segundo o Frei uma tentativa de fechar o jornal, por parte do regime, o que não viria a acontecer devido ao apoio popular que o mesmo jornal recebia, reforçando essa ideia o frei Fidalgo afirmou que “de qualquer forma, embora não sendo a voz da igreja católica, que não éramos, nem porta-voz dos capuchinhos, não deixávamos de ter uma matriz cristã/católica, não havia por onde separar isso tudo. Isto fez com que tivesse havido um certo receio de fechar o jornal, apesar de que a intenção era chegar a isso de alguma forma.”²⁷

Jorge Carlos Fonseca Presidente da República de Cabo Verde, falando sobre o jornal Terra Nova, afirmou que o jornal foi indiscutivelmente um dos rostos da democratização em Cabo Verde, afirmando ainda que a história de Cabo Verde não pode ser escrita sem referencia ao jornal Terra Nova, (Vaticano, 2015)

Ainda falando sobre o papel que o jornal teve o Presidente da República afirmou que o jornal “era uma referência que teimava em demonstrar que o pensamento era possível, a liberdade, uma utopia a construir. No país e na diáspora, a publicação representava a réstia de esperança que teimava em não morrer, que subsistia à espera de melhores dias para irromper com a pujança que só a liberdade conhece.”²⁸

Falando sobre a influência que os movimentos elencados tiveram sobre a sociedade Cabo-verdiana e sobre o contributo que os mesmos deram para o processo de democratização em Cabo Verde os entrevistados tiveram opiniões divergentes.

O entrevistado número um diz que os movimentos tiveram um contributo ao afirmar que claro que contribuíram para a abertura política, e não esquecer os emigrantes, a maior parte em países chamados democráticos. A evolução social tem sempre movimentação política independentemente das circunstâncias; E no caso dos emigrantes estão sempre a

²⁶ (Montezinho, 2015)

²⁷ Idem

²⁸ (Press, 2015)

trazer e a levar o que acham de melhor política dos povos onde vivem, para o bem do Cabo Verde.

Enquanto o entrevistado número dois não tinha conhecimento se os movimentos que pudessem ter existido contribuíram para a abertura política e consequente democratização do país.

O entrevistado número três afirma que não houve nenhum movimento que influenciou na abertura política.

4.4. OUTROS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ABERTURA POLÍTICA EM CABO VERDE

O processo de democratização, é um processo em constante desenvolvimento, sendo assim Cabo Verde não fugiu a regra e apesar de ter contado no início com o forte contributo dos atores anteriormente tratados, no processo de democratização, houve também outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento da democracia Cabo-Verdiana, sendo assim julgou-se oportuno um breve desenvolvimento sobre esses outros fatores que contribuíram para a passagem do regime do partido único para a plena democratização do país.

Esses outros fatores são tanto de ordem internas como externas, e procuraremos entender o contributo que tiveram nesse processo.

Como vimos anteriormente uma das causas da queda do regime do partido único foi a crise ideológica que se instalou dentro do partido resultante da crispação entre os combatentes vindos da Guiné e os quadros de Lisboa os *Trotskistas*, essa crispação tinha por base a oportunidade de acesso a altos cargos dentro do partido como também dentro do governo.

A própria forma como o partido do PAIGC foi organizado em Cabo Verde, foi uma das causas da sua desestabilização, não criando meios para que houvesse uma oposição organizada no país e nem dando grande margem de progressão para os militantes

intermediários, ou da base sendo o poder controlado pela elite formado pelos combatentes.

Évora reforça essa ideia ao afirmar:

“O caráter fechado do regime e sua fraca capacidade de permitir uma circulação da sua classe dirigente constituíram-se nos principais motivos de sua desestabilização. A ausência de uma mobilidade social no seu seio e a impossibilidade de existir concorrência partidária fragilizou o regime cabo-verdiano de partido único e o transformou num potencial de conflitos pois as divergências ideológicas que existiam em seu seio não podiam culminar na criação de um outro partido político porque estes eram proibidos, então o que se tem é a convivência dentro do mesmo partido de ideias diferentes e contrárias por não haver alternativas legais para formalizar essas tensões.”²⁹

Outro fator enumerado por Évora (2004), e por Cardoso (2016), que contribuiu para a abertura política foi o plano económico, Cabo Verde sempre apresentou uma capacidade económica bastante frágil e uma fraca capacidade produtiva, devidas as condições naturais.

Segundo Évora (2004), não foram dadas as devidas atenções ao desenvolvimento da indústria no país, o que levou a uma dependência das ajudas do exterior tanto a nível financeiro como também alimentar, garantindo assim a sobrevivência do país.

Cardoso (2016) reforça essa ideia ao dizer que para manter uma coerência nos objetivos do PAIGC/PAICV, em assegurar o poder, o princípio que orientava a economia do país era o de *direção planificada da economia*³⁰, princípio de inspiração marxista.

Outra tese defendida por Évora (2004), é a de que a planificação da economia por parte do Partido-Estado, gerou um aumento considerável da dívida externa e grandes

²⁹ (Évora, 2004, p. 69)

³⁰ “A direção planificada da economia erigia de imediato o estado como principal agente económico. Também, dava-lhe a tarefa de orientador dos outros agentes na economia, no sentido de definição dos papéis respetivos de atribuição de espaços de atuação e de controlo do dinamismo que podiam induzir” (Cardoso, 2016, p. 148)

dificuldades financeiras para muitas empresas públicas, situação agravada pela redução da ajuda pública que o país recebia dos doadores internacionais, e que o governo para tentar mudar esse cenário iniciou um processo de liberalização económica em 1988, fazendo uma revisão constitucional, criando condições para leis para o surgimento de uma economia aberta, permitindo assim o investimento externo e privado.

Ainda Évora (2004) defende que a abertura económica foi um fator importante para a queda do regime e a abertura política no país, ela diz:

“No nosso entender, essa liberalização económica foi importante, mas não determinante, para a falência do regime. Acreditamos que houve uma combinação de fatores políticos e económicos que vão culminar na falência do regime de partido único e na abertura política que conduziu à transição para democracia.”³¹

Além das causas anteriormente enumeradas, que contribuíram para a democratização de Cabo Verde, torna-se pertinente enumerar alguns outros fatores que deram também até certo ponto um contributo importante para o acelerar da democratização do país, fatores esses que não sendo movimentos sociais, tiveram impacto na sociedade cabo-verdiana, tanto no contexto político como social, pelo que julgou-se necessária a inclusão das mesmas no trabalho.

Um desses fatores externo que contribuiu para o processo de transição política em Cabo Verde foi a queda do Leste Europeu, segundo Évora (2004), o Leste Europeu, contribuíram significativamente no processo de independência de muitos países africanos, em particular de Cabo Verde, dando apoio financeiro, bélico e formando quadros militares, e que passando o processo de luta armada, o Leste Europeu tornou-se no grande inspirador dos regimes monopartidários em África, principalmente na África Portuguesa onde a maioria dos regimes monopartidários assumiram a ideologia marxista-leninista como esteio, com a queda do Leste Europeu esses regimes monopartidários perderam a sua fonte ideológica e a principal fonte inspiração.

Évora afirma:

³¹ (Évora, 2004, p. 84)

“O papel das forças externas foi imperativo porque teve um efeito “*contágio*” sobre os dirigentes cabo-verdianos. As transformações que vinham ocorrendo na África e no Leste Europeu fez com que o partido antecipasse as possíveis reivindicações populares a favor da abertura. Em Cabo Verde – diferentemente de outros países africanos como Benim e Costa do Marfim, por exemplo, que tiveram fortes protestos populares, greves gerais e um considerável nível de violência – a sociedade civil não se manifestou.”³²

Jorge Carlos Fonseca em entrevista a revista Nós Genti (2012) reforça essa ideia ao afirmar que os movimentos pró democráticos que surgiram em Cabo Verde nos anos 90 beneficiaram da queda do Leste Europeu, o que criou um contexto internacional, propício para a democratização, e que a desagregação desses regimes totalitários e autoritários contribuíram para o fomento dessas ideias pró democracias em Cabo Verde.

A desagregação do Leste Europeu, a consequente queda do muro de Berlim, a vitória do bloco capitalista e democratização de vários países, foram das principais causas externas que tiveram o efeito contágio em Cabo Verde, contribuindo assim para a mudança do regime monopartidário para o multipartidarismo, o que viria a ter o seu ponto máximo com a mudança da legislação permitindo assim o surgimento de novas forças políticas no país e as primeiras eleições democráticas em Cabo Verde no ano de 1991.

Ludmila (2013), introduz um outro fator que contribuiu nesse processo de democratização, chamando a atenção para o importante papel que o desenvolvimento dos meios de comunicação, que permitiu à comunidade internacional intervir, defendendo o respeito pelos direitos humanos e direitos políticos, ao mesmo tempo que difundia a democracia como força política de igualdade.

4.5. A ABERTURA POLÍTICA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O processo de transição de um regime monopartidário, para o multipartidarismo em Cabo Verde, começou a dar os seus sinais, a partir do momento em que o Partido – Estado

³² (Évora, 2004, p. 86)

começou a sentir dificuldades, em controlar e fazer crescer a economia do país, com a liberalização económica, começou-se a sentir uma certa abertura para o surgimento de novas ideias que não eram totalmente controladas pelo partido no poder, ideia essa enfatizada por Lopes (2002).

Segundo vários autores (Évora, 2004), (Lopes, 2002), (Cardoso, 2016) a abertura política em Cabo Verde poderia ter acontecido no ano de 1988 aquando da realização do III congresso do PAICV.

Cardoso, falando sobre a realização do III congresso do PAICV e relutante abertura para o multipartidarismo afirma:

“A miopia, demonstrada pelos dirigentes do PAICV face aos rápidos desenvolvimentos no plano internacional que tinham lugar na segunda metade da década de oitenta, conjugava-se com a relutância em ceder um palmo do seu poder sobre o país e a sociedade. Por outro lado, o III congresso falhou em enfrentar, com a devida energia, os problemas económicos que já se manifestavam. O momento exigia uma viragem decisiva na condução do País mas, por razões de ordem puramente ideológica, permitiu-se que a situação continuasse a deteriorar.”³³

Évora (2004), enfatiza uma outra visão em relação ao não aproveitamento do III congresso, para a abertura política, dizendo que embora existisse uma ala vanguardista dentro do regime a favor da abertura política, essa abertura foi adiada, porque os conservadores não consideravam o grupo defensor da abertura política uma ameaça para o regime, também porque em Cabo Verde não existia protesto visível contra o regime, pensou-se não ser necessário uma alteração ao regime instalado.

Évora (2004), citando Pedro Pires que era o Primeiro-Ministro de Cabo Verde no ano de 1990 diz que a decisão de se fazer a abertura política partiu do próprio partido no poder, e que foi tomada porque os dirigentes do partido temeram as mudanças que vinham ocorrendo principalmente no Leste Europeu, e também devido aos níveis de violência a

³³ (Cardoso, 2016, pp. 139-140)

que os regimes monopartidários estavam expostos principalmente em África, devido ao fracasso do governo em dar respostas aos problemas económicos que o País enfrentava, e a incapacidade do partido promover uma melhor relação com a sociedade civil, e dada a falta de circulação da elite dirigente, o que mais tarde poderia por em causa a existência do partido.

Lopes (2002) também reforça essa ideia, dizendo:

“Será, portanto, no meio de várias contradições, desencantos, hesitações e projetos adiados, pressões internas e externas, para além do agravamento da situação económica e social, resultante em grande parte da diminuição drástica da ajuda externa, que o PAICV irá manifestar sinais de abertura durante o seu III Congresso, feito na praia, em novembro de 1988; (...) No entanto, um ano e meio depois, mais precisamente a 19 de Fevereiro de 1990, e tendo como pano de fundo o desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, o Conselho Nacional do PAICV anuncia, pela voz de Pedro Pires, a abertura política.”³⁴

Essa abertura somente seria possível mediante a queda do artigo quarto da Constituição e da aprovação de normas jurídicas que permitissem o surgimento de novas forças políticas no cenário nacional e que pudessem concorrer a eleições livres e democráticas.

Cardoso (2016) Citando Abílio Duarte afirma que a revisão da constituição era imperiosa, especialmente o seu artigo 4º, porque alguns dos dispositivos da Constituição de 1980, já não se adequavam a realidade política vivida no país, e não correspondiam as aspirações da sociedade Cabo-Verdiana.

A abertura política foi formalmente institucionalizada em 1990, quando ocorreu a remoção do artigo 4º pela Assembleia Nacional Popular (ANP), que reconhecia o PAICV, como a única força política dirigente do estado Cabo-Verdiano.

³⁴ (Lopes, 2002, p. 695)

Cardoso afirma que “ a 19 de fevereiro de 1990 o Conselho Nacional do PAICV³⁵ anuncia a abertura política, mas que o mesmo seria nos seguintes moldes:

- Introdução, a par das listas do PAICV e das suas organizações de massa, de listas concorrentes de grupos de cidadãos nas eleições legislativas de Dezembro do mesmo ano;
- A supressão do artigo quarto que consagrava o PAICV como força dirigente da sociedade e do Estado, no quadro da revisão constitucional prevista para a 4ª legislatura, a iniciar em 1991.”

Com a revisão da Constituição, de acordo com Évora (2004), foram ainda aprovados as seguintes leis:

- A lei do regime jurídico dos partidos políticos;
- A lei eleitoral para a ANP e para Presidente da República;
- A lei que reconhece o direito de antena e de resposta aos partidos;

Criando assim as condições constitucionais, para o surgimento de novos partidos políticos, e condições favoráveis para a realização de eleições democráticas e livres, dando ao povo a prerrogativa de eleger quem estes queriam que dirigisse os destinos da Nação.

A autora continua dizendo que depois de efetuada a revisão constitucional, o PAICV, estabeleceu um calendário que determinava a realização das eleições presidenciais para o final de novembro de 1990 e as eleições legislativas para fevereiro de 1991.

Évora (2004) defende que a não formalização constitucional da lei do regime jurídico dos partidos políticos, em fevereiro de 1990, aquando da introdução da possibilidade de haver listas de cidadãos concorrendo com as listas do PAICV, prejudicou o sistema político Cabo-Verdiano, uma vez que se essa legalização tivesse ocorrido em anteriormente teria possibilitado o surgimento de outras forças políticas, para disputar as eleições, a autora defende que esse atraso afetou o sistema político contribuindo para o cenário de bipartidário que se verifica até hoje.

³⁵ (Cardoso, 2016, p. 231)

4.6. O SURGIMENTO DO MPD COMO MOVIMENTO SOCIAL

O Movimento para a Democracia (MPD), formado essencialmente por jovens quadros que militavam no PAICV, mas que foram preteridos, em detrimento dos “combatentes”, segundo afirma (Furtado, 1997), e que estavam descontentes com o regime instalado no país e que reclamavam por um sistema político pluripartidário e eleições livres.

Segundo Cardoso (2016) o aparecimento do MPD na cena política Cabo-verdiana foi feita através de uma declaração política no mês de Março de 1990, demonstrando desde logo uma visão diferenciada do que tinha o PAICV, o autor ainda defende que o facto da declaração política do MPD, logo angariar muitos apoiantes demonstra as fissuras ideológicas que o regime do PACV acreditava estar bem consolidadas.

Furtado caracteriza o surgimento do MPD como:

“De uma associação política, formada essencialmente por quadros, o MPD transforma-se num movimento social que aglutina várias categorias sociais e que acaba por transformar-se num partido político.”³⁶

Segundo Ramos (2012), a queda do artigo 4 da constituição de 1981, propiciou a transformação do Movimento em Partido Político, com a sua legalização pelo Supremo Tribunal de Justiça a 26 de Novembro de 1990.

O surgimento do MPD deveu-se ao processo de abertura política iniciado pelo PAICV no início dos anos 90.

Citando uma declaração de Teófilo Silva, um dos fundadores do MPD, sobre o surgimento do Movimento, Ramos escreve:

“(…) os opositores à ditadura do PAICV, residentes na cidade da Praia, e que há muito se vinham reunindo secretamente para analisarem a situação política do país, decidiram

³⁶ (Furtado, 1997, p. 175)

mobilizar o povo de Cabo Verde, organizado num amplo movimento nacional. Como era de se esperar, imediatamente os agentes da polícia política do partido no poder deram início a uma onda de perseguições e ameaças aos organizadores do movimento e aos seus familiares. O efeito foi contra producente. Pois, em vez de continuarmos escondidos e com medo, optamos por vir à rua, claramente, dizer ao povo quem éramos e o que queríamos para Cabo Verde.”³⁷

Cardoso (2016) diz que o projeto do MPD surgiu numa altura em que se exigia um novo paradigma nas relações entre o indivíduo e o estado e nas relações entre os estados.

O objetivo primordial do MPD era o de fazer a oposição ao regime monopartidário do PAICV, desempenhando desse modo um importante papel na abertura política e transição para a democracia.

Na Declaração Política do MPD o partido preconizava uma revisão constitucional que consagrasse o sistema democrático e pluralista, onde pudesse haver:

- “A separação efetiva dos poderes legislativos, executivo e judicial;
- A eleição do Presidente da República por sufrágio direto, secreto e universal;
- A limitação do mandato do Presidente da República;
- A incompatibilidade entre funções de ministro e de deputados;
- A criação do Tribunal Constitucional;
- A garantia de condições para a efetiva independência de Justiça
- O princípio da existência de partidos políticos
- Um sistema eleitoral assente no princípio da representatividade e da proporcionalidade de votos como a única expressão de legitimidade democrática;
- A autonomia dos órgãos estatais da comunicação social, subtraindo-os da ingerência do Executivo e dos Partidos Políticos.”³⁸

³⁷ (Ramos, 2012, p. 44)

³⁸ (MPD, 2010, p. 4)

Segundo afirma Cardoso (2016) o MPD visava essencialmente na sua filosofia como partido, imprimir uma abordagem diferenciadora daquele que foi implementado pelo PAICV, pelo que visava a separação de poderes entre as instituições, em contrapartida com o Estado de poder unitário criado pelo PAICV, no plano económico também houve uma total rutura nas ideologias seguidas pelos dois partidos, uma vez que o MPD defendia a integração de cabo Verde numa economia mundial, saindo do isolamento e controle da economia como defendia ideologicamente o PAICV.

Ainda Pereira (2013), os objetivos do MPD, passavam pela instauração e consolidação da democracia em Cabo Verde, o desenvolvimento económico e social do país, e a criação de um estado defensor dos direitos, liberdades e garantias da população.

O recém-criado Partido Político, se posicionou contra o calendário eleitoral instituído anteriormente pelo PAICV, pois defendiam que se tratava de uma forma do governo querer manipular as eleições a seu favor.

Com a rápida aceitação e consequente ascensão do MPD, na cena política nacional, este foi chamado para reuniões com o PAICV para a discussão do calendário eleitoral, pois segundo Cardoso (2016) o MPD, não aceitava que as eleições presidenciais pudessem ocorrer antes das eleições legislativas, o autor escreve que “o MPD pensava que não se devia eleger um presidente sem definir concretamente as suas funções, o que só devia ser feito no âmbito de uma nova Constituição,”³⁹ Outro ponto de discórdia segundo o autor era referente ao sistema de governo previsto, onde o PAICV defendia o *semipresidencialismo*⁴⁰ e o MPD o *parlamentarismo mitigado*⁴¹.

Ainda segundo Évora (2004), durante as negociações o MPD conseguiu que o PAICV aceita-se algumas das suas reivindicações, nomeadamente que as eleições legislativas

³⁹ (Cardoso, 2016, p. 252)

⁴⁰ O semipresidencialismo é um sistema de governo no qual o chefe de governo (geralmente com o título de primeiro-ministro) e o chefe de Estado (geralmente com o título de presidente) compartilham em alguma medida o poder executivo, participando, ambos, do cotidiano da administração pública de um Estado.

⁴¹ “O regime político em Cabo Verde caracteriza-se por um Parlamentarismo Mitigado em que a soberania é exercida por quatro órgãos, de acordo com o princípio de Independência dos poderes: o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais. Mas é no parlamento, enquanto centro do sistema, que se decidem as questões estruturais do país”. (ASemana, 2009)

precedessem as eleições presidenciais, e também a vinda de observadores internacionais, para observarem e garantirem a legalidade de todo o processo internacional, pontos esses que o partido no poder não aceitava, pois defendia que Cabo Verde sempre teve uma administração transparente e que a vinda de observadores internacionais poderia manchar a credibilidade do país no plano internacional.

Cardoso (2016) defende que o rápido sucesso do MPD deveu-se essencialmente a três fatores:

- “Recolhia a única experiência de ação política autónoma no país;
- Era constituída por pessoas que tinham vivido em cabo Verde;
- Apresentava um projeto político que se enquadrava perfeitamente nas linhas de desenvolvimento das mutações em curso no mundo e cuja influência, tocava, mesmo que intuitivamente, a todos;”⁴²

Procurando saber junto dos entrevistados de que forma o MPD contribuiu para a abertura política e consequente democratização de Cabo Verde.

O entrevistado número um afirma que o MPD como os partidos precedentes foi simplesmente o evoluir, uma mais-valia.

O entrevistado número dois defende que com o surgimento do MPD, começou-se a falar a vontade, começou-se a escrever com a certeza que ninguém iria abrir a carta, com o surgimento do MPD, perdeu-se o medo de represálias.

Enquanto o entrevistado número três é da opinião que o MPD não teve nenhum contributo para a abertura política, outra coisa é o papel que ele teve na configuração do Estado atual, vencendo as eleições em 1991, e conseguindo dois mandatos seguidos com maioria qualificada, o MPD alterou todo o sistema legislativo que existia.

O entrevistado número quatro realça que o MPD deu um grande contributo, através da pressão que exerciam perante o partido no poder, e isso deu-se porque havia muitas

⁴² (Cardoso, 2016, p. 256)

pessoas dentro do MPD com aspirações políticas, e essa pressão ajudou para que houvesse as primeiras eleições livres, que eles viriam a ganhar com uma maioria qualificada, aproveitando da insatisfação que o povo demonstrava perante o regime existente.

4.7. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS EM CABO VERDE

Aprovada a lei dos partidos políticos, ficou definido segundo Cardoso (2016) que a inscrição dos partidos fosse feita a “requerimento, no mínimo de 500 cidadãos...e que entre os requerentes... figurassem 10 residentes em cada um de um mínimo de 9 dos 14 conselhos do país,”⁴³ Enquanto ao PAICV era logo reconhecida a personalidade jurídica ao abrigo dessa lei.

As eleições legislativas foram marcadas para janeiro de 1991, e o início da campanha para dezembro de 1990, sabendo que a lei que instituíra o regime dos partidos políticos foi aprovada apenas a 6 de outubro de 1990, os partidos que pretendiam concorrer as eleições legislativas tiveram pouco tempo para se organizarem e conseguirem cumprir com os dispostos legais, para serem reconhecidos como partidos e poderem assim concorrer as eleições.

Évora (2004) defende que essas exigências em um curto espaço de tempo impossibilitaram que os partidos já existentes, mas cujas lideranças estavam no exterior concorressem nas primeiras eleições democráticas no país.

Cardoso defende essa mesma ideia ao declarar:

“O esforço desenvolvido pelas formações políticas com estruturas ainda embrionárias para, primeiro, adquirirem personalidade jurídica e, logo a seguir, apresentarem as suas listas de candidatos, foi gigantesco. Só o Movimento para Democracia conseguiu cumprir os prazos. A União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID) não conseguiu

⁴³ (Cardoso, 2016, p. 264)

preencher os requisitos para se legalizar e, muito menos, para apresentar candidatos.”⁴⁴

Segundo Alguns autores (Évora, 2004), (Cardoso, 2016), a campanha eleitoral demonstrou a imaturidade política e eleitoral dos dois partidos, o que resultava da falta de experiência de debate político, fruto do regime autoritário que vigorou em Cabo Verde.

Évora (2004) retrata essa imaturidade política ao dizer que ao invés dos dois partidos preocuparem em discutir as suas propostas e programas, enveredaram pela troca de insultos e acusações de parte a parte o que só comprovava a falta de tradição democrática e respeito a ideias contrárias, a autora continua dizendo que para as primeiras eleições legislativas o território nacional foi organizado em 20 círculos eleitorais, tendo sido implementado mais três círculos no estrangeiro – África, América, Europa e resto do mundo – o que está intimamente ligado a comunidade cabo-verdiana emigrada nestes continentes.

O grande vencedor das eleições foi o MPD, que venceu de uma forma categórica, como podemos ver no quadro abaixo, o que espelhou um voto de “mudança e protesto”, contra as políticas que foram implementadas nos pais pelo PAICV, segundo Évora (2004) “esse voto não tem (...) nenhum significado ideológico; ele é apenas um desejo de mudança imbuída em todos os cabo-verdianos, e a prova do desgaste do regime monopartidário”⁴⁵

Tabela 2- Resultados eleições legislativas Janeiro 1991

Circulo Eleitoral	Deputado s a eleger	Eleitores		Votos em %			
		Inscrito s	Votantes	Branco s	Nul os	PAIC V	MPD
S. João Baptista / Santa Isabel	2	1897	1689	0,4	2	66	31
S. João Baptista/ N. S. do Monte	2	3000	2489	0.1	5	45	50
N. S. da Ajuda	2	4033	3694	0.5	2	68	30
N. S. da Conceição	3	6916	5857	0.2	3	60	37
S. Lourenço	2	3925	3217	0.3	4	60	35
N. S. da Luz	2	2334	1876	2	3	54	41
N. S. das Dores	2	4380	3076	0.8	3	44	52

⁴⁴ (Cardoso, 2016, pp. 264-265)

⁴⁵ (Évora, 2004, p. 78)

Praia Urbano	12	27548	19117	0.5	3	37	60
Praia Rural	2	4995	4133	0.7	3	28	68
Praia Rural 2	2	2849	2116	0.6	7	40	52
Santa Catarina	6	14608	10206	0.5	7	19	73
S. Salvador do Mundo	2	3654	2847	0.9	13	26	60
S. Lourenço dos Órgãos	5	12113	9300	0.5	6	21	73
Tarrafal	5	11604	8147	0.8	5	25	69
N. S. do Livramento	2	5084	4325	0.2	6	21	72
Santo Crucifixo	2	5702	4370	0.7	6	13	81
Santo António das Pombas	2	3555	2904	0.5	9	26	64
Santo André	2	1842	1408	0.9	8	18	72
S. João Baptista	2	5444	4425	0.5	8	25	67
N. S. do Rosário	3	5944	4695	0.6	14	31	54
N. S. da Lapa	2	1153	916	0.9	9	29	61
N. S. da Luz	12	27408	21380	0.3	5	20	75
África	1	2976	1557	0.4	3	64	32
América	1	857	495	0.2	2	77	21
Europa	1	2997	965	2	2	42	55
Total	79	166818	125564	0.5	5	32	62

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde nº3 – 25 Janeiro 1991

A vitória do MPD nas primeiras eleições democráticas foi categórica, vencendo com 62,5% de votos, elegendo dessa forma 56 dos 79 lugares no parlamento, conseguindo o PAICV 31,6% dos votos, elegendo 23 deputados. O MPD com os resultados dessas eleições conseguiu uma maioria qualificada de dois terços, o que conferiu ao partido vencedor o poder para mudar a constituição, o que se viria a acontecer.

Com a abertura política, no mesmo ano em Dezembro também foram realizadas as primeiras eleições autárquicas, conseguindo o MDP vencer oito Câmaras Municipais, (Praia, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, São Nicolau, Ribeira Grande, Porto Novo e Brava) e, quatro foram vencidas por listas independentes apoiadas pelo MPD (São Vicente, Paúl, Maio e Sal), tendo o PAICV conseguido conquistar apenas duas Camaras Municipais (Boa Vista e Fogo).⁴⁶

A abertura política também proporcionou as primeiras eleições presidências diretas e democráticas, para esse ato eleitoral, foram a disputa do mais alto cargo da Nação Cabo-

⁴⁶ Fonte: Boletim Oficial nº 50 de 18 Dezembro 1991

verdiano dois candidatos: Aristides Pereira, que recandidatou ao cargo que tinha desempenhado durante o período de partido único, e apoiado pelo PAICV, e António Mascarenhas Monteiro, que candidatou como independente mas contando com o apoio do MPD. Mascarenhas Monteiro foi eleito com 73.2% dos votos enquanto Aristides Pereira conseguiu 26,7% dos votos, como poderemos ver na figura a seguir.

Tabela 3- Resultados Eleições Presidenciais Fevereiro 1991

Inscritos - 159667		
Votantes – 98039 (61.4%)		
Nulos e Brancos - 1735		
Candidatos	Nº Votos	% Votos
António Mascarenhas Monteiro	70582	73.29%
Aristides Pereira	25722	26.71%

Fonte: (Database, 2004)

Citando uma tese de Huntington sobre o resultado dessas eleições, Évora escreve:

“A perda das eleições pelos antigos dirigentes autoritários está ligada à perda da legitimidade desses. Os votos na oposição são votos de protesto” e, por isso, os candidatos e partidos ligados ao regime anterior tiveram péssimo desempenho e foram surpreendidos pela vitória da oposição. A alternância política, nesses casos, foi seguida por muita euforia por parte da população que desejava liberdade.”⁴⁷

Com a vitória do MPD nas eleições legislativas, o MPD se viu na necessidade de formar um governo de gestão, antes mesmo da posse oficial, na sequência da demissão do então Primeiro-ministro, Pedro Pires, que se demitiu do cargo devido a derrota nas eleições legislativas.

Com a vitória do MPD nas primeiras eleições livres e democráticas em Cabo Verde, marcou-se o fim do regime do PAICV e a efetivação de um regime democrático em Cabo Verde, contribuindo dessa forma para a implementação e reforço das liberdade e

⁴⁷ (Évora, 2004, p. 93)

garantias dos cidadãos cabo-verdianos, iniciando também um conjunto de reformas económicas para resolver os muitos problemas económicos que o arquipélago enfrentava.

CONCLUSÃO

Os movimentos sociais têm vindo a adquirir cada vez mais preponderância nas esferas políticas e sociais nas sociedades, tornando-se em grandes motores de mudanças tanto a nível político como a nível social, e é nessa perspetiva que muitos movimentos sociais procuraram influenciar na mudança de muitas políticas que as sociedades julgavam não satisfazerem os seus anseios.

É indiscutível que o período de governo do partido único constitui uma época importante da nossa história como país, torna-se assim necessária uma tentativa de explicar de forma científica os elementos que marcaram essa época.

As opções tomadas pelos governantes nessa época da nossa história ainda hoje têm consequências tanto a nível social como também no aspeto político.

Um dos pontos centrais da nossa história é a abertura política e a mudança para um regime multipartidário e democrático. Foi neste sentido que surgiram as questões que procuramos responder ao longo do trabalho.

E a questão essencial foi responder se os movimentos sociais contribuíram para a democratização de cabo Verde, delimitando temporalmente o nosso estudo ao período de governo do partido único que se estendeu de 1975 até 1991 com a realização das primeiras eleições livres e democráticas.

Em relação a primeira hipótese “Os movimentos existentes em Cabo Verde configuravam-se como movimentos sociais;” Conforme os dados obtidos através das pesquisas bibliográficas e tomando a caracterização de Charles Tilly (2010), conclui-se que os movimentos que existiram em Cabo Verde, não podem ser caracterizados como movimentos sociais, embora tivessem algumas características dos movimentos sociais, os movimentos que existiram em Cabo Verde eram mais de carácter político, alguns eram de facto partidos políticos na sua configuração, embora não o fossem oficialmente, devidos as restrições de base legal que existiam.

Em relação a segunda hipótese “Os movimentos existentes em cabo verde contribuíram para a consolidação da democracia;” segundo as análises das informações recolhidas, conclui-se que apesar de todas as dificuldades que os movimentos existentes enfrentavam e as restrições que se lhes impunha, próprios do ambiente sociopolítico em que estavam inseridos os movimentos existentes, contribuíram sim para o processo de democratização de Cabo Verde, quer sendo grupos de pressão junto do partido no poder, quer nas esferas e instituições internacionais, denunciando aspetos que eles consideravam que feriam as liberdades dos cidadãos Cabo-verdianos.

Ressaltando que essa contribuição ficou aquém do que era desejável visto que os movimentos existentes, nunca conseguiram de forma concreta integrar na sociedade Cabo-verdiana, ou mesmo fazer com que a sociedade aderisse a esses movimentos, o que limitou o papel que estes tiveram em todo o processo de abertura política e democratização.

Levando também em conta as entrevistas realizadas, concluiu-se que os movimentos existentes e que foram elencados neste trabalho eram pouco conhecidos pela sociedade civil e muito pouco contribuíram para o processo de abertura política e para a democratização, visto serem grupos movimentos muito fechados e torno de um grupo restrito de pessoas.

Pode-se também afirmar que a própria configuração da sociedade Cabo-verdiana, muito dependente do partido no poder, não possibilitava que as pessoas pudessem aderir aos movimentos de forma livre, visto que tinham medo de represálias.

Os objetivos propostos no início do trabalho foram conseguidos uma vez que se conseguiu demonstrar de que forma os movimentos existentes em Cabo Verde procuravam influenciar o regime existente e de que forma contribuíram para a abertura política em Cabo Verde, fez-se também uma listagem dos mais importantes movimentos que existiram em Cabo Verde no espaço temporal determinado para o trabalho, e a forma como esses movimentos agiam e quais algumas ações que os mesmos tomavam de modo a pressionarem o partido do regime, para a abertura política.

A democratização em Cabo Verde é um processo que iniciou com a abertura política e com a possibilidade de haver eleições livres e democráticas, mas como sendo um processo, ela ainda está em fase de consolidação, e os vários atores que estão inseridos nesse processo, tanto os partidos políticos, a sociedade civil e as outras instituições, tem um longo caminho para percorrerem de modo que haja uma consolidação efetiva da democracia em Cabo Verde, mas o que temos até agora tem servido para as pretensões do país e da sua população.

BIBLIOGRAFIA

Almada, J. L. H., 2012. *Buala*. [Online]

Available at: <http://www.buala.org/pt/a-ler/das-tragedias-historicas-do-povo-caboverdiano-e-da-saga-da-sua-constituicao-e-da-sua-consolidacao>
[Acedido em 27 Setembro 2016].

ASemana, 2009. *Sistema político*. [Online]

Available at: <http://asemana.publ.cv/spip.php?article44206&ak=1>
[Acedido em 24 Outubro 2016].

Bobbio, N., 1986. *O Futuro da Democracia uma defesa das regras do jogo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bobbio, N., 2000. *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Campus.

Bonavides, P., 2000. *Ciência Política*. 10ª ed. s.l.:Malheiros Editores.

___ Boletim Oficial de Cabo Verde nº3 – 25 Janeiro 1991

___ Boletim Oficial nº 50 de 18 Dezembro 1991

Bringel, B. & Echart, E., 2008. Movimentos sociais e Democracia: os dois lados das "fronteiras". *Caderno CRH*, Set-Dez, Volume 21, pp. 457-475.

Cardoso, H., 2016. *O Partido Único em Cabo Verde: Um Assalto à Esperança*. 2ª ed. Praia: Pedro Cardoso Livraria.

Correia, F. G., 2010. Reflexões Sobre o Conceito de Cidadania e suas Bases Históricas no Brasil. *Achegas.net Revista de Ciência Política*, Janeiro- Dezembro, pp. 5-17.

Costa, S., 2013. Sociedade Civil, Estado e Qualidade da Democracia em Cabo Verde: entre a Letargia Cívica e a Omnipresença do Leviathã. In: *Entre Africa e a Europa, Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, p. 48.

Database, A. E., 2004. *AFRICAN ELECTIONS DATABASE*. [Online]

Available at: http://africanelections.tripod.com/cv.html#1991_Presidential_Election
[Acedido em 14 Novembro 2016].

Diani, M., 1992. The Concept of social movement. *The Sociological Review*, pp. 3-25.

Duarte, A. c., 2009. *Cidadania e cultura política: estudo do orçamento participativo em Portugal (2000-2008)*, Lisboa: s.n.

Évora, R., 2004. *CABO VERDE: A abertura política e a transição para a democracia*. Cidade da Praia: Splenn Edições.

Ferreira, N. M. M., s.d. *O conceito de democracia segundo Joseph Schumpeter*. [Online]

Available at:
<http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/O%20conceito>

[%20de%20democracia%20segundo%20Joseph%20Schumpeter.pdf](#)

[Acedido em 15 Julho 2016].

Frank, A. G. & Fuentes, M., 1989. Dez Teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, Junho, Volume 17, pp. 19-48.

Furtado, C. A., 1997. *Génese e (Re)Produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.

Genti, N., 2012. *Jorge Carlos Fonseca – Erigir o futuro do País*, s.l.: s.n.

Gohn, M. d. G., 2008. Abordagens Teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Setembro- Dezembro, Volume 21, pp. 439-455.

Gohn, M. d. G., 2010. Ações coletivas civis na atualidade: dos programas de responsabilidade/compromisso social às redes de movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, Janeiro- Abril, pp. 10-17.

Gohn, M. d. G., 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, Maio-Agosto, Volume 16 nº 47, pp. 333-513.

Goss, K. . P. & Prudencio, K., 2004. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em tese*, Janeiro- Julho, Volume 2, pp. 75-91.

Hamel, M. R., 2009. Movimentos sociais e democracia participativa. *Revista Espaço Acadêmico*, Abril, Volume 95.

Jesus, J. G. d., 2012. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. *Psicologia e Saber Social*, Volume 1, pp. 163-186.

Lopes, J. V., 2002. *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. 2ª ed. Praia: Epleen edições.

Lüchmann, L. H. H., 2002. *Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa: A experiência do Orçamento participativo de Porto Alegre*, Campinas S.P: s.n.

Martins, M. M., 2004. *Participação Política e Democracia- O caso Português (1976-2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa).

Martins, M. M., 2010. *Cidadania e Participação Política: temas e perspectivas de análise*. s.l.:Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Mendes, N. C. & (org.), F. P. C., 2014. *Eciclopédia das Relações Internacionais*. 1ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Montezinho, J., 2015. 40 anos de Terra Nova: O único jornal que enfrentou o Partido Único. *Expresso das Ilhas*, 21 Abril.

MPD, 2010. *Textos que fizeram a História*. Praia: s.n.

Mutzenberg, R., 2011. Movimentos Sociais: Entre Aderências, Conflitos e Antagonismos. *SINAIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais.*, Junho, Volume 1, pp. 127-143.

- Nacional, A., 2010. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia Nacional- Divisão de Documentação e Informação Parlamentar.
- Pereira, Marcus Abilio, 2012. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*, Junho, Volume 18, pp. 68 - 87.
- Pereira, L. C., 2013. *Cabo Verde: Da Descolonização a Abertura Política*, Lisboa: s.n.
- Popular, A. A. N., 1975. *Lei Sobre A Organização Política do Estado de Cabo Verde de 5 de Julho de 1975*. Praia: s.n.
- Popular, A. N., 1980. *Constituição da República de Cabo Verde de 13 de Outubro 1980*. Praia: s.n.
- Press, O., 2015. Presidente da República destaca papel do Jornal Terra Nova na democracia. *Ocean Press*, 15 Abril.
- Ramos, A. M., 2012. *Partidos Políticos na Democracia Cabo-Verdiana: um estudo de caso (1991-2011)*, Praia: s.n.
- Redruello, A. M. R., 2015. *La apatía política en democracia*, s.l.: s.n.
- Rosenfield, D. L., 1994. *O que é a Democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Ruivo, F., 1999. Cidadania activa, movimentos sociais e democracia participativa. *Revista Crítica de ciências Sociais*, Junho, Volume 54, pp. 172-179.
- Santos, A. d., 2009. *Construção das Políticas Públicas – processos, atores e papéis*. [Online] Available at: <http://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf> [Acedido em 15 Julho 2016].
- Santos, B. d. S., 2002. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Schumpeter, J. A., 1961. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sell, C. E., 2006. *Introdução à Sociologia Política: Política e sociedade na modernidade tardia..* Petrópolis R.J: Vozes.
- Soares, R. d. R., 2015. *democracia participativa versus movimentos sociais: o caso do MAC#114*, Mindelo: s.n.
- Tilly, C., 2004. *Social movements, 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.
- Tilly, C., 2010. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Janeiro-Julho, Volume 3, pp. 133-160.
- Tilly, C., 2010. Movimentos Sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3, Janeiro-Julho, pp. 133-160.
- Vaticano, R., 2015. Jornal "Terra Nova", um dos rostos da democracia em Cabo Verde. *Rádio Vaticano*, 16 Abril.

Vigevani, T., 1989. Movimentos sociais na transição Brasileira: A dificuldade de elaboração do projeto. *Lua Nova*, Junho, Volume 17, pp. 94- 109.

Viola, S. E. A., 2008. *A força dos movimentos sociais na luta por direitos humanos e democracia no Brasil* [Entrevista] (05 Maio 2008).

ANEXOS

ANEXO 1- ENTREVISTAS

Entrevista realizada a 15 de Novembro de 2016 ao entrevistado número um, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

Como Caracterizava a sociedade civil Cabo Verdiana em termos de participação política, no período do partido único?

Fraca, naturalmente, tendo em conta a dura herança (regime colonial e ditatorial) e independência com um partido unificado para esse fim.

De que forma essa participação cívica foi influenciada pelo regime existente?

O PAI tentou cumprir o programa de construção do estado Cabo Verde nascente e consolidar a nação já existente no período colonial; E entretanto, a instalação do poder cria os maus costumes e iniciaram as contradições; Assim, as resistências, reações naturalmente começaram a acontecer: Algumas revoltas, prisões, julgamentos, resistências...

Quais os movimentos que existiam em Cabo Verde, entre 1975-1990 que ouviu falar?

Os partidos existentes nessa época UPIC (União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde), UDC (União Democrática de Cabo Verde) não conseguiram implantar-se. Assim por imposições circunstanciais ficaram fora do sistema político legal e atuaram fracamente na clandestinidade. Depois

Fundou-se na Holanda, a UCID que infelizmente até hoje não teve uma ação política satisfatória para o povo CV e conseguir o poder.

De que forma esses movimentos procuravam influenciar a sociedade cabo-verdiana?

De maneira palpável pouco vi. Os panfletos, um da UCID chegou a mim, não me lembro quem mo deu, do que recordo é mais ou menos coisa, é noticiarem nele que Aristides Pereira e Pedro Pires tinham vivendas em Dakar e Lisboa e que também iam comprar barcos para fugirem de CV... Não posso dar-to para leres porque rasgaram-mo Até hoje

lamento a perda desse primeiro exemplar documental da UCID que me chegou às mãos aí pelos inícios-meados dos anos 80 do Século passado. Há o caso célebre da “Reforma Agrária” que se disse muito teve influência da UCID... e até hoje ainda há segredos por desvendar de todas as partes envolventes... Escritos de vária ordem testemunhas isto: Imprensa, Germano Almeida, César Monteiro, Nicolau de Tope Vermelho, Osvaldo Rocha...

Os movimentos existentes contribuíram para a abertura política?

É claro, e não esquecer os emigrantes, a maior parte em países chamados democráticos. A evolução social tem sempre movimentação política independentemente das circunstâncias; E no caso dos emigrantes estão sempre a trazer e a levar e a trazer o que acham de melhor política dos povos onde vivem, para o bem do CV.

O MPD após o seu surgimento como movimento, de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

O MPD como os partidos precedentes, foi simplesmente o evoluir, a mais-valia, suponho.

A UCID de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

A UCID, historicamente é o partido mais antigo de cariz democrático-cristão cabo-verdiano, embora o PAI é mais antigo mais abrangente quer a nível nacional ou internacional. No caso da UCID, sempre tentou influenciar lá na terra longe, como aqui. Mas essa influência ainda é o que escrevi, não é suficiente para chegar à governação: Falta-lhe atitudes, organização, infraestruturação e infraestruras mais fortes e incisivas para conquistar o povo Cabo-verdiano.

Entrevista realizada a 15 de Novembro de 2016 ao entrevistado número dois, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

Como Caracterizava a sociedade civil Cabo Verdiana em termos de participação política, no período do partido único?

No período do Partido único toda a gente tinha medo, mesmo os que aparentavam ser os mais desinibidos tinham medo, havia um medo generalizado, que já vinha do tempo colonial, esse medo vinha principalmente devido a polícia política que havia sido instituída, e não se podia dizer nada que não se soubesse alguns minutos depois, nas altas esferas do partido.

De que forma essa participação cívica foi influenciada pelo regime existente?

A participação cívica foi influenciada pelo regime na medida em que as pessoas estavam ansiosas pela libertação, mas com o partido único tudo ficou pior, porque na época colonial era o próprio Português que dificultava as coisas, mas com a independência e o partido único eram os próprios Cabo-verdianos a criarem esse clima de medo, havia um clima de terror, porque sabia-se das pessoas que eram presas e eram espancadas, famílias que eram destroçadas por causa disso.

Quais os movimentos que existiam em cabo Verde, entre 1975-1990 que ouviu falar?

Não tinha conhecimento de nenhum tipo de movimento cívico, apenas o IPAJ, que era uma associação de advogados para prestar assistência as pessoas que não tinham condições financeiras, mas sem conhecer se esse movimento estava ligado a política, o IPAJ era uma associação praticamente oficializada.

De que forma esses movimentos procuravam influenciar a sociedade cabo-verdiana?

Não tinha conhecimento

Os movimentos existentes contribuíram para a abertura política?

Não tinha conhecimento

O MPD após o seu surgimento como movimento, de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

Com o surgimento do MPD, começou-se a falar a vontade, começou-se a escrever com a certeza que ninguém iria abrir a carta, com o surgimento do MPD, perdeu-se o medo de represálias

A UCID de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

Em relação a UCID, ouviu-se falar muito pouco a respeito, porque estavam no exterior e mantiveram-se bastante tempo no exterior, e quando chegaram ao país depois da abertura, chegaram bastante atrasados, portanto a UCID só veio a fazer algum trabalho muito depois da abertura política e quase que só depois dos anos noventa, em que eles começaram a aparecer, e praticamente não se ouvia falar da UCID, havia um ou dois históricos que apareceram por aí, mas a ideia é que o grosso estava no exterior e que haviam de vir algum dia mas nunca chegaram

Entrevista realizada a 24 de Novembro de 2016 ao entrevistado número três, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

Como Caracterizava a sociedade civil Cabo Verdiana em termos de participação política, no período do partido único?

O período do partido único engloba de 1975 até 1990, e essa participação política teve uma evolução grande, pois em 1975 praticamente não havia participação política, durante o tempo do colonialismo não houve uma participação política, houve sim uma fraca organização de sindicatos, mas que não era um sindicalismo verdadeiro.

Nunca houve partido político e consequentemente nunca houve uma militância política, não havia nada que se pudesse ser chamada de participação política no tempo colonial.

Mas houve uma grande alteração entre 1974 e 1975, pois houve uma evolução grande e extremamente rápida após o 25 de Abril em Portugal, o que permitiu a possibilidade de organizações abertas, e por impulsionamento do PAIGC, que era o partido que dirigia o processo de luta pela independência Nacional, e nessa altura teria havido um outro movimento de independência, mas que nunca passou do papel que era o UPICV, mas nunca conseguiu ter expressão, portanto não havia partidos, e toda a atividade de organização e participação do povo Cabo-Verdiano na política e não só, foi dinamizada pelo PAIGC.

Foi uma dinamização que pode ser chamada de cima para baixo, infelizmente não foi o contrário, à partir desse ponto houve um dinamismo grande da participação política, seja através do próprio partido, ou através de organizações que o partido criou, tais como sindicatos, organizações da juventude (JAC-CV), Organização das mulheres (OM-CV) e várias outras organizações, algumas até com funções do estado, mas que eram de participação cívica, tais como comissões de moradores, milícia popular, tribunais de zonas, e tudo isso era feito na base de uma participação voluntária das pessoas, havia também comissões de ação social.

Tudo isso vinha de uma sequência de uma política do PAIGC, já praticada durante a luta de libertação Nacional, que passava por praticar uma democracia mais próxima das pessoas, em que a população deveria participar em tudo aquilo que lhe dizia respeito, fazendo assim parte do processo, quer da escolha, da elaboração, como também na fase da aplicação.

Um outro aspeto importante dessa participação corresponde ao facto de que as leis mais importantes do país eram discutidas com a população, antes da sua elaboração.

Embora não houvesse uma multipartidarização, a população tinha uma voz ativa na escolha dos candidatos do partido único, para a Assembleia Nacional, o que correspondia por si só como uma forma de participação.

Foi grande a participação política da população nessa época.

De que forma essa participação cívica foi influenciada pelo regime existente?

Foi o partido do regime que suscitava essa participação, a participação cívica e política eram totalmente dinamizadas pelo partido no poder no caso o PAICV, e isso fazia parte da sua filosofia política, onde procurava-se criar uma democracia revolucionária, ultrapassando os limites da democracia clássica, onde o povo pudesse de facto participar, dizendo inclusive que os meios de defesa deveriam estar nas mãos do povo, para que estes pudessem defender as suas próprias conquistas, o que explicava por exemplo a existência das milícias populares.

Não se tratava apenas de influenciar, essa participação política ou cívica era tudo dinamizado pelo partido no poder, que procurava assumir um papel para além da constituição do Estado, pois para alcançar os objetivos de desenvolvimento económico, era preciso ter uma relação bastante estreita com a população, e suscitar a participação da sociedade em todas as esferas de atividade.

Quais os movimentos que existiam em cabo Verde, entre 1975-1990, que ouviu falar?

Tecnicamente apenas havia o PAICV, havia também um movimento do Leitão da Graça, mas que acabou por não ter expressão no país, houve também a UCID, que surgiu na sequência de um outro partido a UDC, que era um partido criado para bloquear o processo de independência, mas depois com a independência, os seus fundadores acabaram por emigrar e formaram a UCID, que como movimento aqui em Cabo Verde praticamente não existiu, e quando se deu a abertura política não conseguiu organizar e nem sequer apresentar nas eleições.

Mas no ano de 1990 surgiu um outro movimento o MPD, e que viria devido a vários fatores vencer as eleições de janeiro de 1991.

De que forma esses movimentos procuravam influenciar a sociedade cabo-verdiana?

Os movimentos existentes contribuíram para a abertura política?

Não houve nenhum movimento que influenciou na abertura política.

A UCID esporadicamente lançava um comunicado que dava impressão da sua existência mas na realidade isso não influenciou na abertura política, enquanto o MPD, surgiu no fim, como uma consequência da abertura política e não como uma causa dessa abertura, pois surgiu no ano de 1990, depois do PAICV e o Estado de Cabo Verde ter alterado a constituição e introduzido o sistema multipartidário.

O MPD após o seu surgimento como movimento, de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

O MPD não teve nenhum contributo para a abertura política, outra coisa é o papel que ele teve na configuração do Estado atual, vencendo as eleições em 1991, e conseguindo dois mandatos seguidos com maioria qualificada, o MPD alterou todo o sistema legislativo que existia,

A UCID de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

A UCID não teve um contributo para a democratização do país, pois o mesmo inclusivamente não conseguiu concorrer nas primeiras eleições legislativas, que viriam ser vencidas pelo MPD, e era um movimento inexpressivo.

A UCID perdeu uma grande oportunidade de entrar no sistema político após a abertura política, perdendo essa oportunidade para o MPD, consequência da fraca organização da UCID dentro do país, pois a organização que este possuía estava toda no exterior, o que constituiu um grande entrave para a UCID.

Entrevista realizada a 28 de Novembro de 2016 ao entrevistado número quatro, para o trabalho de conclusão de curso em Ciência Política e Relações Internacionais.

Como Caracterizava a sociedade civil Cabo Verdiana em termos de participação política, no período do partido único?

A sociedade Cabo-verdiana logo após a independência estava eufórica, uns contra a independência e outros a favor da mesma, logo após a independência havia uma vontade do povo em participar e em ajudar na organização do país, mas também havia movimentos contrários ao partido no regime, movimento formado por pessoas que não queiram a independência mas manter a ligação com Portugal mas adquirindo uma autonomia, mas a maioria das pessoas não queriam isso, queriam a sua independência plena.

Havia também muitas pessoas que tinham medo de falar, temendo alguma espécie de represálias.

Apesar de no início do regime não ter havido nenhum problema com o partido no poder, isso pouco a pouco foi mudando, pois passou a haver algumas prisões, começaram a surgir as primeiras organizações contra o regime, nomeadamente a UCID que se organizou no estrangeiro.

Havia também no seio da sociedade civil muitas pessoas que procuravam através do partido no poder alcançar alguns benefícios próprios.

As pessoas participavam politicamente, através das eleições que se realizavam, embora não fossem democráticas.

Havia uma grande participação popular nessa altura.

De que forma essa participação cívica foi influenciada pelo regime existente?

O regime, a sua preocupação maior era a organização do estado de Cabo Verde, uma vez que depois da independência, não havia meios para o povo ser autónomo, logo o regime de partido único era necessário, e este procurava responder as necessidades básicas do povo, é claro que no meio de tudo isto havia alguns exageros, o que levou com que as pessoas pouco a pouco fossem se desmobilizando do partido e começaram a desejar a democracia.

Quais os movimentos que existiam em Cabo Verde, entre 1975-1990 que ouviu falar?

Os que se destacaram foi o MPD e a UCID, e algum outro movimento local.

De que forma esses movimentos procuravam influenciar a sociedade cabo-verdiana?

Esses movimentos faziam pressão, contra o regime e levaram as pessoas a verem que o regime existente não era o melhor para Cabo Verde, levando as pessoas a pedirem a democracia.

Os movimentos existentes contribuíram para a abertura política?

Sim, tiveram alguma influência, na medida em que as pessoas que não estavam de acordo com o regime começaram a fazer pressão para a abertura, e posteriormente criaram outros partidos como por exemplo o MPD

Os movimentos contra o regime, inspiravam nos acontecimentos no exterior e procuravam introduzi-las no país nomeadamente a onda de democratização que estava acontecendo pelo mundo.

E a pressão que exerciam, levou a que se mudasse a constituição, e desse a abertura política.

O MPD após o seu surgimento como movimento, de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

O MPD deu um grande contributo, através da pressão que exerciam perante o partido no poder, e isso deu-se porque havia muitas pessoas dentro do MPD com aspirações políticas, e essa pressão ajudou para que houvesse as primeiras eleições livres, que eles viriam a ganhar com uma maioria qualificada, aproveitando da insatisfação que o povo demonstrava perante o regime existente.

A UCID de que forma contribuiu para a democratização de Cabo Verde?

A UCID também teve um contributo para a abertura política e a democratização, uma vez que estavam organizados mesmo que no exterior procuravam exercer alguma pressão no partido no poder para que se desse a abertura política e a consequente democratização do país.